Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: março de 2011.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico Biodiesel Br
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital
Biodiesel Br

Índice

Aldo Rebelo esclarece pontos principais do novo Código Florestal - Sítio eletrônico da CNA - 01/03/2011 4

Proposta do novo Código Florestal não contempla agricultura familiar - Fernanda Silva - Sítio eletrônico da Fetraf - 01/03/2011 7

Ruralistas fazem nova investida por novo Código Florestal – Sítio Eletrônico do MST – 02/03/2011 8

MMA alinha metas com o Conselho de Segurança Alimentar - Cristina Ávila – Sítio Eletrônico do MMA – 03/03/2011 10

MMA alinha metas com o Conselho de Segurança Alimentar - Cristina Ávila – Sítio Eletrônico do MMA 03/03/2011 10

Equador faz sua escolha entre floresta e petróleo - Daiella Chiaretti - Valor Econômico - Especial - 03/03/2011 11

Governo repassa mais R$ 55 bilhões ao BNDES - Renata Verrissimo , Adriana Fernandes e Eduardo Rodrigues - Economia – O Estado de São Paulo – 04/03/2011 14

Gestão sensata no Ibama –Notas e Informações – O Estado de São Paulo – 07/03/2011 15

Mais dinheiro para o BNDES – Notas e Informações – O Estado de São Paulo – 09/03/2011 17

Presidente da CNA afirma que atualização do Código Florestal é assunto de interesse nacional - Sítio Eletrônico da CNA -11/03/2011 18

Segundo estudioso, relatório da CNA fere o bom senso -Sítio Eletrônico da CPT - 11/03/2011 19

ONU considera Brasil um exemplo para o mundo em desenvolvimento sustentável - Maiesse Gramacho – Sítio Eletrônico do MMA – 11/03/201122

"Não sou da bancada agropecuária", diz Rebelo ao defender novo Código Florestal - Sítio eletrônico da CNA - 15/03/2011 23

Bancada ruralista fará no plenário \'ajustes\'ao projeto de Código Florestal - Mauro Zanatta - Valor Econômico - Política - 16/03/2011 24

Agricultura e energia são prioridades do Fundo Clima - Cristina Ávila – Sítio Eletrônico do MMA – 17/03/2011 26

Agricultura e energia são prioridades do Fundo Clima – Cristina Ávila - Sítio Eletrônico do MMA – 17/03/2011 26

Amazônia precisa organizar sua economia, diz geógrafa - Daniela Chiaretti - Valor Econômico - Brasil - 17/03/2011 27

Aldo Rebelo diz que Ongs contra Código Florestal são financiadas por estrangeiros que não querem desenvolvimento agrícola do Brasil - Flávio Freire – O Globo – 18/03/2011 28

Governo quer tirar produtor rural da ilegalidade sem anistiar desmatador – Marta Salomon – Vida – O Estado de São Paulo – 22/03/2011 29

Vale deve substituir Bertin em Belo Monte – Irany Tereza e Kelly Lima – Economia – O Estado de São Paulo – 25/03/2011..... 30

Rebelo admite rever moratória para desmatamento no Código Florestal- Marta Salomon – Vida – O Estado de São Paulo – 25/03/2011 31

"O que foi feito, foi feito", diz Maggi sobre criação de pacto ambiental - Sítio eletrônico da CNA - 29/03/2011 32

Presidente da CNA diz que abertura de áreas de produção garantiu alimento barato à população - Sítio Eletrônico da CNA - 29/03/2011..... 33

Aldo revê desmatamento zero em relatório - Mauro Zanatta - Valor Econômico - Política - 30/03/2011 35

Floresta plantada – Janice Kiss - Globo Rural – 31/03/2011..... 36

Aldo Rebelo esclarece pontos principais do novo Código Florestal - Sítio eletrônico da CNA - 01/03/2011

Na entrevista, deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP), relator do novo Código Florestal, afirma que as alterações propostas farão com que o país concilie crescimento econômico e proteção ambiental, com foco no desenvolvimento sustentável.

Rebelo refuta quem diz que o novo código permitirá desmatamentos.

Rural: O projeto libera o uso das APPs localizadas em encostas, sejam elas urbanas ou na zona rural? Ou, na verdade, o projeto propõe regularizar, do ponto de vista técnico, o que já existe, a fim de passar uma régua nestes casos e estabelecer uma nova legislação que crie um novo marco zero?

Aldo Rebelo: A proposta é manter o atual regime de preservação para as encostas. A diferença é que o projeto consolida as áreas com atividade agrícola, como as plantações café e maçãs, por exemplo, que se encontram nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. É importante que se diga que, de acordo com o projeto, estas áreas consolidadas serão objeto do Zoneamento Ecológico-Econômico proposto, a ser promovido na esfera de cada estado, obedecidas as exigências de estudos técnicos específicos.

No caso das áreas urbanas, as intervenções, notadamente as de interesse social, são regidas por leis específicas.

Rural: O projeto autoriza o uso agrícola ou urbano de topos de morros? Isso causaria dano ao meio ambiente e consequentemente às pessoas do entorno? Ou isso é uma falácia?

Rebelo: Os topos de morros seguem a mesma regra das encostas - as salvaguardas da atual legislação são mantidas, a atividade agrícola consolidada será preservada, e o uso urbano segue legislação específica.

Rural: Setores criticam a diminuição das APPs nas margens dos rios de 30 para 15 metros. Para quais situações esta medida será proposta? E isso trará prejuízo aos rios, nascentes? Rebelo: A faixa de preservação de 15 metros vale para cursos d'água que não ultrapassam os cinco metros de largura. Para rios com mais de cinco metros de largura, as margens de preservação continuam as mesmas.

Ao todo, são seis situações diferentes: até metros de largura, proteção de 15 metros; de cinco a dez metros de largura, proteção de 30 metros; de 10 a 50m, proteção de 50m; e assim até chegar à maior área de proteção, que é de 500 metros. Em nenhum outro país do mundo há uma legislação tão rigorosa quanto esta.

As nascentes e os cursos d'água não terão nenhum prejuízo com a mudança proposta pelo projeto, que foi elaborada para beneficiar a agricultura praticada em pequenas propriedades. Há casos de propriedades de agricultura familiar que são cortadas por quatro ou cinco pequenos riachos, preservando-se 30 metros nas margens de cada um desses riachos, o agricultor fica sem área para plantar.

Rural: O projeto isenta pequenas propriedades de Reserva Legal. Por quê? Isso causaria dano ao meio ambiente?

Rebelo: Os pequenos proprietários não precisarão mais manter a Reserva Legal mas continuam obrigados a seguir as regras para as Áreas de Preservação Permanente. Eles também não poderão abrir novas áreas em suas propriedades, ou seja, o que existe de mata nativa ali vai permanecer, intocado.

A medida não causa dano ambiental porque não permite o desmatamento e também porque a reserva, em pequenas áreas, não tem função biológica, de reprodução, de fauna, de flora. Diferente do que acontece com o corredor biológico, que é uma área de reserva contínua.

O projeto viabiliza os pequenos, que se encontram em situação muito difícil por todo o País, sem conseguir atender aos dispositivos da lei atual. Aliás, é bom que se diga, a lei é tão impraticável que está suspensa por um decreto.

Rural: O projeto propõe computar a APP no cálculo da Reserva Legal. Isso causaria dano ao meio ambiente? Rebelo: Não, porque a prioridade continua sendo a preservação das APPs, a proteção da água, do solo. Essas, que são as áreas essenciais para a preservação ambiental, mantêm-se com os mesmos parâmetros de proteção da lei atual.

Rural: O governo elabora um projeto alternativo ao apresentado pelo senhor. Os principais pontos da proposta foram elaborados pelo Ministério do Meio Ambiente para serem discutidos com as outras pastas. O novo texto deve reestruturar um dos pontos mais criticados do projeto que é a anistia a produtores rurais que desmataram até 2008. Qual a avaliação do senhor diante

disto?

Rebelo: O fato de o governo se preocupar com a legislação que ele mesmo vem alterando desde que o Código Florestal atual foi criado, em 1965, é positivo. Foram as portarias, os decretos e as instruções normativas baixados pelo poder Executivo que criaram a situação de instabilidade jurídica que prejudica os produtores rurais - especialmente os pequenos -, e que não oferece marcos seguros para a proteção ambiental.

Mas acredito que é o Parlamento a instituição que possui as melhores condições de atualizar a legislação. Para elaborar o relatório do Código Florestal, a Comissão Especial visitou todos os biomas brasileiros, ouviu centenas de pessoas que estão no dia a dia da agricultura e da defesa do meio ambiente. Esta é uma atribuição do Parlamento e uma atividade na qual nenhuma outra instituição o supera.

O caso da anistia é um bom exemplo dessa situação. O governo criou, por decreto, um programa que anistia e regulariza os produtores, o "Mais Ambiente". Mas, na prática, o decreto não funciona.

A proposta elaborada pelo Parlamento incorpora a ideia do governo, porém de maneira factível - o agricultor vai se regularizar, o que é bom para o meio ambiente; e também terá suas multas perdoadas, o que é bom para a economia do País.

Rural: É possível fazer uma lei que concilie produção e proteção ambiental, mesmo com um debate tão extremado e polarizado como o atual?

Rebelo: A Câmara dos Deputados e, depois, o Senado Federal, é que vão decidir isso. A proposta que tramita no Parlamento combina as duas necessidades.

Rural: O senhor está confiante na aprovação do projeto?

Rebelo: O compromisso firmado entre o presidente da Câmara e os líderes partidários para colocar o projeto em votação no mês de março indica que a matéria está entre as prioridades dos parlamentares.

Acredito que o Plenário irá cumprir o seu papel de analisar, debater e aperfeiçoar a proposta com os olhos voltados para os interesses nacionais, que envolvem tanto a proteção do meio ambiente quanto a proteção da agricultura.

Rural: O senhor considera importante que o projeto seja votado logo? Rebelo: É uma decisão urgente para o País. A agricultura brasileira, hoje, depende de um decreto do presidente da República que expirará em quatro meses, em junho de 2011. Uma das atividade mais importantes da economia brasileira poderá se tornar ilegal a partir dessa data caso a legislação não seja atualizada.

Autores: Renato Ponzio e Ronaldo Luiz. Fonte: Sociedade Rural Brasileira - SRB

Proposta do novo Código Florestal não contempla agricultura familiar - Fernanda Silva - Sítio eletrônico da Fetraf - 01/03/2011

Movimentos sociais e entidades ligadas à atividade da agricultura familiar reuniram-se na semana do dia 25 de fevereiro, para a construção de posicionamento conjunto sobre o novo Código Florestal a ser discutido com ambientalistas, bancada ruralista e governo. A FETRAF-BRASIL é a favor de ampla discussão sobre o tema uma vez que a agricultura familiar, categoria reconhecida, com legislação específica, precisa ser retratada na nova proposta.

"Sempre prezamos pela unidade na luta. Nessa questão específica é extremante importante a elaboração de uma proposta conjunta dos atores da agricultura familiar para que o debate não traga como as únicas divergências existentes no texto a disputa do agronegócio e de setores ambientalistas", explicou Marcos Rochinski, secretário Geral da FETRAF-BRASIL.

A Câmara dos deputados foi 46% renovada com as últimas eleições. O secretário considera imprudência manter a votação ainda para esse semestre.

"É imprudente em função de que nós agricultores familiares, que representamos a maioria das pessoas que habitam o campo não fomos ouvidos e não nos sentimos representados nem pelo o que dizem os ruralistas e nem pelos ambientalistas. Essa voz do povo que vive e produz no campo brasileiro precisa ser ouvida. Aprovar o Novo Código nesse momento significa negar a existência de 4,5 milhões de propriedades rurais da agricultura familiar no Brasil, num universo de 5.175.489 propriedades. É negar sua capacidade produtiva em ser responsável por 70% dos alimentos consumidos e sua preocupação com o equilíbrio e conservação do meio ambiente", declarou.

A agricultura familiar orienta-se pela produção diversificada com base na mão-de-obra familiar e em equilíbrio com o meio ambiente, utiliza práticas de manipulação do solo agroecológicas, desempenha papel estratégico no combate à fome e na garantia da segurança alimentar do país. A aprovação do Código coloca em questão a extinção dos recursos naturais, comprometendo a herança florestal do Brasil e o futuro das próximas gerações.

Ruralistas fazem nova investida por novo Código Florestal – Sítio Eletrônico do MST – 02/03/2011

De olho nos 45% de renovação das cadeiras na Câmara, parlamentares da bancada ruralista começaram ontem (1º) uma nova estratégia para acelerar a votação do novo Código Florestal. Um grupo de deputados e dirigentes de entidades representantes do setor rural produtivo partiu para estabelecer um diálogo mais estreito com os novos congressistas a fim de conquistar apoio para a votação do projeto de lei do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que propõe mudanças profundas na legislação ambiental.

O objetivo da iniciativa é acelerar a votação do novo código. Os ruralistas esperam que a proposta seja apreciada pelo plenário da Câmara ainda neste mês. "Começou o baile. Antes, individualmente, cada um de nós fazia um contato com um prefeito ali, um deputado aqui. Agora, mais formalmente, vamos tentar agilizar esse processo de votação", disse o vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), idealizador da investida ruralista.

A estratégia consiste em bater nos gabinetes dos novatos e esclarecer pontos contraditórios do projeto sob o ponto de vista ruralista. Correr atrás do apoio das bancadas partidárias também faz parte da tática ruralista. Na tarde de ontem, Aldo Rebelo se reuniu com deputados do PSB para falar sobre seu projeto. Na semana passada, a conversa foi com parlamentares do PDT, para explicar os pontos polêmicos do projeto. Já houve conversas também com PPS, PR, PRB, PTdoB, PRTB, PHS, PTC e PSL.

"Estamos fazendo alguns acertos com os líderes e debates com as bancadas. Fazemos os debates, os esclarecimentos e vemos se haverá apoio", afirmou Heinze. "Estamos indo bem, já conseguimos alguns avanços", disse.

Muito polêmico, o projeto de Aldo tem levado a uma acirrada disputa política entre as bancadas ruralista e ambientalista. Representantes do setor produtivo defendem a aprovação da proposta do deputado paulista o mais rápido possível, enquanto ambientalistas querem mais debates sobre o tema. Entre os pontos mais polêmicos, está o dispositivo que perdoa dívidas por desmatamento ilegal realizadas até meados de 2008.

Agricultura familiar

Enquanto a bancada ruralista tenta convencer os novos parlamentares de que a proposta de Aldo é a melhor opção para o setor rural, representantes da agricultura familiar vão mostrar que o texto precisa de mudanças profundas para atender os pequenos produtores. Em documento que será divulgado hoje (2), no auditório Freitas Nobre, na Câmara, entidades ligadas à agricultura familiar vão apresentar 18 sugestões de alteração ao relatório que aguarda votação do plenário.

O principal ponto de negociação será a inclusão no texto de Aldo do conceito de agricultura familiar, presente na Lei da Agricultura Familiar. Essa lei diferencia o agricultor familiar dos demais não só pelo tamanho de sua propriedade, como também por deter predominantemente a mão-de-obra familiar e ter a maior parte da renda oriunda da atividade na própria terra. A inclusão desse conceito no texto diferenciaria os agricultores familiares dos demais tipos de produtor rural, o que traria benefício para os pequenos.

"O conceito da agricultura familiar é importantíssimo, porque traz o modo de vida do agricultor. O Código Florestal precisa tratar a agricultura familiar de modo diferente, pois somos diferentes", afirmou a secretária de Meio Ambiente da Contag, Rosicléia dos Santos.

Um dos pontos principais da discussão envolvendo a agricultura familiar recai sobre a reserva legal – parte da propriedade que deve ser preservada, sem poder ser desmatada. O texto de Aldo dispensa da reserva propriedades com até quatro módulos. O argumento usado é para beneficiar os pequenos, mas da forma que está no texto, os grandes proprietários de terra também ganhariam benefícios com a dispensa de parte de suas reservas.

"A gente não quer a isenção de reserva legal nem mesmo para a agricultura familiar. Essa nunca foi a proposta da Contag, nunca pedimos isso. O que queremos é o cômputo das áreas de preservação permanente (APPs) na reserva legal para a agricultura familiar", disse Rosicléia.

Planalto

A questão da dispensa de reserva legal também é um dos pontos que mais preocupam o governo, segundo o líder do PT na Câmara, deputado Paulo Teixeira (SP). Esse ponto deve ser um dos mais acirrados na negociação entre ministérios, na tentativa de encontrar um consenso no texto do novo Código Florestal. A dispensa para quatro módulos indiscriminadamente é um dos pontos dos quais a bancada ruralista não abre mão.

Na Esplanada dos Ministérios, o debate do novo Código Florestal tomou dimensões tais que órgãos que antes não haviam entrado na conversa decidiram discutir o tema. Na tarde de hoje, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Luiz Sérgio, se reunirá com os três ministros mais diretamente envolvidos com o tema – Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, Wagner Rossi, da Agricultura e Pecuária, e Afonso Florence, do Desenvolvimento Agrário – para discutir o assunto.

As discussões serão feitas no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), vinculado à secretaria, onde o tema do Código Florestal será tratado pela primeira vez. A intenção do encontro – que será fechado para os ministros e os 90 conselheiros da sociedade civil que participam do CDES – é discutir soluções para o impasse que envolve as mudanças no código. Dessa reunião, poderão sair recomendações para a presidenta Dilma Rousseff acerca de possíveis pontos de consenso.

MMA alinha metas com o Conselho de Segurança Alimentar - Cristina Ávila – Sítio Eletrônico do MMA – 03/03/2011

A alimentação saudável estará cada vez mais no foco das ações do MMA. Para alinhar os trabalhos que priorizam a conservação ambiental com a meta do Governo Federal de erradicação da miséria, a ministra Izabella Teixeira recebeu, nesta quinta-feira (3/3), em seu gabinete, o presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), Renato Maluf.

Um dos primeiros resultados da conversa foi a decisão de ter o meio ambiente como um dos temas centrais da Conferência Nacional de Segurança Alimentar que o Consea promoverá, em novembro, em Salvador. Isso significa que será dada maior ênfase a assuntos como acesso racional à água e meios de combate à desertificação, por exemplo. Renato Maluf comentou com a ministra a relação estreita entre os cuidados ambientais e a saúde alimentar.

"Iremos nos empenhar para integrar as prioridades do Consea nas agendas do MMA", respondeu Izabella Teixeira. Ela disse que o ministério vai redesenhar o programa de agrobiodiversidade para ampliar ainda mais o atendimento a comunidades rurais de baixa renda e insegurança alimentar, oferecendo práticas produtivas sustentáveis, que valorizem conhecimentos tradicionais e contribuam com a recuperação de áreas degradadas, para a melhoria da qualidade de vida.

O secretário interino de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Roberto Vizentin, também presente no encontro, frisou a necessidade de proteção aos recursos naturais como meio de preservar a boa alimentação. "Afinal, a alimentação saudável depende da forma como os alimentos são produzidos". Ele lembrou as ações do MMA para a proteção de rios e o controle no uso de agrotóxicos. Lembrou ainda ações como o crédito de R$ 1,3 milhão que o MMA concede neste ano para projetos de mulheres indígenas que priorizem projetos para a conservação ambiental e segurança alimentar nas aldeias.

MMA alinha metas com o Conselho de Segurança Alimentar - Cristina Ávila – Sítio Eletrônico do MMA 03/03/2011

A alimentação saudável estará cada vez mais no foco das ações do MMA. Para alinhar os trabalhos que priorizam a conservação ambiental com a meta do Governo Federal de erradicação da miséria, a ministra Izabella Teixeira recebeu, nesta quinta-feira (3/3), em seu gabinete, o presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), Renato Maluf.

Um dos primeiros resultados da conversa foi a decisão de ter o meio ambiente como um dos temas centrais da Conferência Nacional de Segurança Alimentar que o Consea promoverá, em novembro, em Salvador. Isso significa que será dada maior ênfase a assuntos como acesso racional à água e meios de combate à desertificação, por exemplo. Renato Maluf comentou com a ministra a relação estreita entre os cuidados ambientais e a saúde alimentar.

"Iremos nos empenhar para integrar as prioridades do Consea nas agendas do MMA", respondeu Izabella Teixeira. Ela disse que o ministério vai redesenhar o programa de agrobiodiversidade para ampliar ainda mais o atendimento a comunidades rurais de baixa renda e insegurança alimentar, oferecendo práticas produtivas sustentáveis, que valorizem conhecimentos tradicionais e contribuam com a recuperação de áreas degradadas, para a melhoria da qualidade de vida.

O secretário interino de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Roberto Vizentin, também presente no encontro, frisou a necessidade de proteção aos recursos naturais como meio de preservar a boa alimentação. "Afinal, a alimentação saudável depende da forma como os alimentos são produzidos". Ele lembrou as ações do MMA para a proteção de rios e o controle no uso de agrotóxicos. Lembrou ainda ações como o crédito de R$ 1,3 milhão que o MMA concede neste ano para projetos de mulheres indígenas que priorizem projetos para a conservação ambiental e segurança alimentar nas aldeias.

Equador faz sua escolha entre floresta e petróleo - Daiella Chiaretti - Valor Econômico - Especial - 03/03/2011

País tenta viabilizar proposta de receber compensação para não explorar petróleo em reserva

Daniela Chiaretti

De Yasuní, Equador

"El Torto" espera a canoa na curva do rio. Tem um olho só. Se jacarés não fossem de domesticação improvável seria suspeito o aparecimento repentino do caolho: arma de marketing para impressionar turistas na Amazônia equatoriana? Mas não é assim: jacarés são jacarés, e "El Torto" submerge rápido no lago Anangucocha, sem esperar pela foto. Em um hectare desta mata dizem que há quase a mesma variedade de árvores que no Canadá e Estados Unidos juntos, mais de 100 mil espécies de insetos, 50 de palmeiras e 44% do total de aves da bacia amazônica.

O Parque Nacional Yasuní, onde vive o jacaré de um olho só, é praticamente uma Arca de Noé da biodiversidade, com uma particularidade: tudo sobre 20% das reservas de petróleo do Equador.

Neste pedaço de Amazônia discutese ativamente o que vale mais — petróleo ou floresta? Para os indígenas da comunidade quechua Añangu, que administram um projeto de ecoturismo e se dedicam a cuidar de 21.400 hectares de floresta, não há dúvida. "A Texaco? Que benefício deixou para a comunidade?", questiona o líder comunitário Jiovanni Rivapeneira referindo-se à C h e v r o n Te x a c o, que operou na Amazônia durante 26 anos e é protagonista de um famoso processo por danos ambientais e sociais na região. "Uma herança de doenças e poluição", reclama Rivapeneira. Ele conta que foi para ter alternativa ao trabalho nas grandes petroleiras que a comunidade quis, há 13 anos, erguer umlodge naquele trecho encantado de bosque. Entre os rios Napo e Tiputini surgiu o Napo Wildlife Center Ecolodge — assim mesmo, grafado em inglês na placa de boas-vindas aos visitantes. São 12 cabanas, lugar para apenas 24 hóspedes.

Chega-se viajando algumas horas de canoa motorizada pelo Napo até os

igarapés. Continua-se por duas horas em canoa a remo para dentro da Amazônia no estreito braço de rio, vendo borboletas azuis e macacos escolhendo cipós.

No fim do dia, com sorte, aparece o jacaré famoso.

A poucos quilômetros estão poços de petróleo de todas as grandes empresas do mundo. No Napo, largo como costumam ser os rios amazônicos, a floresta também domina a paisagem, mas é fácil ver o fogo das torres queimando no meio das copas das árvores e cruzar balsas transportando caminhõestanque. Em uma clareira acontece a feira de Pompeya, com barraquinhas que vendem vermes fritos em espetinhos, os "gusanos" (quem é corajoso diz que têm gosto de camarão). Os trabalhadores das empresas e gente das comunidades se abastecem de lenços de papel, cola branca, açúcar, latas de atum, xampus e cachaça. O entorno, de rio e de floresta, é magnífico, mas Pompeya tem atmosfera decadente e uma tensão no ar.

O petróleo responde por 60% do valor das exportações do Equador e por quase 35% da receita do Estado. A produção em 2010 foi de 380 mil barris/dia. Perto de 4,5 bilhões de barris foram extraídos nos últimos 45 anos, calcula o economista e professor Alberto Acosta. "Mas o saldo da exploração aqui é claro: o país não se des e nv o l v e u ", diz. "O impacto do petróleo é dramático, com desmatamento,

erosão e tremendo passivo social", continua. A crítica, vinda dele, surpreende: Acosta, ex-presidente da Assembleia Constituinte, foi ministro de Energia.

O Equador assina uma proposta única para resolver o embate entre combustíveis fósseis e ambiente, e Acosta é o protagonista. "Imagine a reação de todos os ministros de um país que vive do petróleo, reunidos em uma sala, escutando a ideia de deixarmos 20% de todo o nosso óleo sob a floresta", lembra, referindo-se à reunião ministerial de 15 de janeiro de 2007.

Na ocasião, ele propôs ao presidente Rafael Correa e a seus colegas o seguinte: deixar o petróleo no subsolo em troca de compensação internacional. Isso aconteceria com o óleo prospectado no Parque Nacional Yasuní, área de 980 mil hectares com uma das mais altas taxas de biodiversidade do planeta e declarada Reserva Mundial da Biosfera, pela Unesco, em 1989.

"O ministro do Planejamento reagiu com entusiasmo, outros com distanciamento, e vários disseram que era loucura." A ideia era patrocinar um caminho renovável para a matriz energética equatoriana e abandonar pouco a pouco a dependência de um recurso natural que é finito. O país precisa da commodity para financiar serviços sociais e infraestrutura. "Mas o petróleo acabará no mundo e também no Equador", alerta Acosta.

A demanda do Equador é de uma compensação de US$ 3,5 bilhões para não explorar o ITT, a reserva Ishpingo, Tambobocha y Tiputini no Yasuní, valor que corresponde à metade do que o país receberia caso vendesse o petróleo. A proposta busca equilibrar a intenção de proteger o ambiente com recursos para necessidades públicas imediatas com Saúde, Educação, Transportes e outras demandas.

Põe a mudança climática na mira. A iniciativa, diz o governo, faria com que 407 milhões de toneladas de CO2 deixassem de ser lançadas na atmosfera com a queima de 846 milhões de barris.

Lançada às vésperas da conferência do clima de Copenhague, no final de 2009, a proposta tinha glamour. O governo alemão pareciaomais interessado.Masoresultado de Copenhague ficou muito aquém da expectativa, o governo alemão mudou de perfil partidário e a crise econômica estourou.

"O governo alemão mudou e também mudou de opinião. Agora, manifesta seu apoio a partir das perspectivas do mercado de carbon o", desaponta-se Acosta. "O projeto está em uma fase complicada.

Não se conseguiu a quantidade de dinheiro que se esperava", diz. Ele critica o presidente Correa, de quem se afastou. "Há falta de coerência do presidente que, um dia apoia o projeto, no outro tem dúvidas se conseguirá o dinheiro e então envia mensagens ambíguas à comunidade internacional", diz.

A iniciativa Yasuní-ITT ganhou formato internacional em agosto, quando foi assinado o compromisso com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O PNUD é quem administra o fundo para onde, espera o governo, a comunidade internacional irá destinar recursos para proteger a floresta e colocar o país no trilho do pós-petróleo. "Com esta proposta respondemos à demanda das organizações civis de termos um modelo alternativo de des e nv o l v i m e n t o", diz a ministra do Patrimônio Natural Maria Fernanda Espinosa. Em valores de hoje, diz ela, o Yasuni renderia US$ 7,6 bilhões nas reservas comprovadas.

O governo equatoriano aportaria 50% deste valor e pede a ONGs, governos e fundações que entrem com a outra metade em um fundo que seria utilizado em energia eólica, solar, hídrica e geotérmica e nas demandas públicas urgentes.

O presidente Correa colocou um prazo para que a proposta decole — o fundo teria que ter US$ 100 milhões até o fim de 2011. Nas contas de Tarsicio Granizo, subsecretario de Políticas do Ministério do Patrimônio Natural, até agora a iniciativa conseguiu US$ 40 milhões.

A maior parte deste valor é uma troca de dívida com a Itália, desde que os recursos sigam para o fundo. "Este é um valor que o Equador entregaria para a Itália, estávamos pagando nossa dívida", diz Granizo. Há outros US$ 3 milhões prometidos pelos governos da Espanha, Bélgica e Chile. A Alemanha, diz, "não indicou quando irá colocar algo no fundo. A negociação está aberta. Querem saber mais detalhes sobre o mecanismo financeiro, o certificado de garantia e a governança do fundo." O fundo tem um comitê diretor formado por três representantes do governo equatoriano, dois dos contribuintes, um da sociedade civil e outro do PNUD (este sem direito a voto). Pelas regras, se um futuro governo do país resolver voltar atrás no compromisso e explorar o petróleo do Yasuní, o Equador fica obrigado a devolver todos os recursos de quem contribuiu.

"Acreditamos que os US$ 100 milhões são factíveis. As dificuldades serão conseguir recursos a longo prazo", suspeita Granizo. "Con távamos com aportes anuais, mas a crise econômica está muito forte na Europa", registra. A estratégia é buscar fundos privados de grandes organizações, de instituições filantrópicas e governos locais. Segundo ele, governos regionais da Bélgica, França, Espanha e Alemanha, além do Vaticano, Qatar e Emirados Árabes dizem estar interessados em apoiar a iniciativa.

A crise política no mundo árabe e a escalada no preço da commodity são novos complicadores à ideia de deixar o petróleo no subsolo. "O Equador estará perdendo mais se o preço subir. Se não conseguir os recursos, a ideia fica ameaçada", reconhece Granizo.

A Petrobras tem interesses no Equador. Procurada pela reportagem sobre o que pensa da iniciativa Yasuni-ITT, a empresa preferiu não se pronunciar.

O ambientalista Antonio Hill, assessor de campanhas da América Latina e Caribe da Oxfam e portavoz de mudança climática da ONG, diz que a proposta YasuníITT é diferente de propostas que evitam o desmatamento (e são conhecidas pela sigla Redd no debate internacional) porque ela combate a emissão de gases-estufa de uma fonte de combustível fóssil.

"É possível manejar recursos florestais com zero de emissões líquidas no final das contas. Mas combustíveis fósseis necessariamente significam vastas emissões de

carbono", destaca. "Esta é a importância desta proposta: pela primeira vez um governo propôs combater a mudança climática na raiz do problema, evitando, em primeiro lugar, a extração do combustível fóssil." Hill prossegue em sua análise: "Não há maneira mais eficiente de reduzir emissões de gases-estufa do que simplesmente parar de queimar carvão, petróleo e g á s ." O Equador, entende o ambientalista, está apostando que, no longo prazo, conseguirá a partir de energias renováveis, conservação da floresta e com emissões evitadas de CO2 "pagar dividendos para seu povo e para o planeta. Agora é a comunidade internacional quem precisa fazer sua aposta." A relação conflituosa do Equador com o petróleo teve novo round há poucos dias. Trata-se do célebre caso da Chevron-Texaco, acusada de danos ambientais e sociais na Amazônia equatoriana durante os 26 anos de sua operação na floresta. Há um mês, um juiz de primeira instância no Equador condenou a empresa a pagar US$ 8 bilhões pelos problemas causados. A Chevron deve recorrer, mas a sentença foi festejada. "O ITT nos mata se for e x p l o r a d o", diz Rivapeneira.

No hotel no meio da floresta, bastam 300 turistas por mês para garantir renda à comunidade onde vivem 175 pessoas. No lodge trabalha uma pessoa por família.

"As petroleiras oferecem casa, comida e trabalho", diz Francisco Tapuy, outro líder comunitário.

"Mas o trabalho com petróleo termina, é curto. O turismo não, é para um horizonte largo." No hotel, a geração de energia é solar, a estação de tratamento de esgoto usa plantas e areia. No aniversário do Napo Ecolodge, um balão colorido no meio da floresta divertia adultos e crianças. Até adolescentes largaram a sala dos computadores para se juntar à cerimônia.

Todos cantaram o hino em quechua e escutaram Jiovanni Rivapeneira.

Ele aproveitou a ocasião para apresentar o próximo passo que, acredita, a pequena comunidade tem que começar a discutir: criar uma universidade no meio da Amazônia onde se ensine meio ambiente e turismo.

A jornalista viajou ao Equador a convite da Oxfam

Governo repassa mais R$ 55 bilhões ao BNDES - Renata Verrissimo , Adriana Fernandes e Eduardo Rodrigues - Economia – O Estado de São Paulo – 04/03/2011
Banco deve despejar R$ 145 bilhões para financiar empresas; desse total, R$ 75 bilhões serão usados para financiar a produção de bens de capital

O Tesouro Nacional vai injetar mais R$ 55 bilhões no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme antecipou o' Estado'.Os recursos serão usados para reforçar as linhas de financiamento do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), criado para estimular a venda de bens de capital e a inovação no País.

Ontem, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou que o PSI será prorrogado até o fim do ano e terá orçamento total de R$ 75 bilhões. O restante será do próprio BNDES. O programa, que foi estendido pela terceira vez, terminaria no fim deste mês. Com a prorrogação, as linhas de financiamento foram reformuladas e as taxas de juros serão elevadas a partir de abril.

As grandes empresas sofrerão mais com o aumento do custo do financiamento. Ainda assim os juros continuarão muito mais atrativos que os do sistema financeiro. Algumas linhas do programa têm taxas reais negativas.

Mantega disse que o BNDES deve despejar R$ 145 bilhões (incluindo o PSI) este ano na economia em forma de financiamento às empresas. Esse dinheiro vai turbinar o setor de crédito, no momento em que o Banco Central elevou a taxa Selic para conter o consumo e diminuir a pressão inflacionária.

O ministro, porém, rechaçou qualquer ligação entre os recursos disponibilizados pelo banco e o aumento da inflação. "O BNDES não pressiona a inflação, (...) O problema inflacionário é do lado do consumo e não do investimento." O desembolso previsto para este ano é praticamente o mesmo de 2010, se excluída a operação de capitalização da Petrobrás, de R$ 24,7 bilhões.

Mantega acredita que o aumento dos investimentos acima do PIB é importante para garantir um crescimento sustentado. Para ele,não há contradições,como o mercado apontou, entre o aporte de R$55 bilhões do Tesouro ao BNDES e o corte de R$ 50 bilhões no Orçamento da União em 2011. "Uma coisa é gasto e a outra é financiamento de investimentos. Não estamos fazendo aquele corte tradicional que cortava tudo e fazia terra arrasada."

Em 2009 e 2010, o Tesouro transferiu R$ 205 bilhões ao BNDES, o que aumentou a dívida em títulos públicos. Segundo Mantega, se o repasse fosse suprimido este ano, haveria queda nos investimentos porque o setor privado ainda não tem condições de financiar a longo prazo. "Estamos em uma fase de transição para que setor privado possa arcar com uma fatia maior dos financiamentos de investimentos." Ele disse que o Tesouro ainda terá de fazer novo aporte em 2012,mas em valores menores."

Para obter os R$ 55 bilhões, o Tesouro terá de emitir títulos públicos, assim como fez nos dois últimos anos. Na outra ponta, equalizará a diferença entre o custo de captação do BNDES e a taxa cobrada do tomador do empréstimo. A estimativa é que os R$ 75 bilhões anunciados ontem custem R$ 4,1 bilhões aos cofres do Tesouro.O valor total cheg a
R$ 34 bilhões, incluindo os R$ 134 bilhões já disponibilizados desde julho de 2009, quando o programa foi criado.

Gestão sensata no Ibama –Notas e Informações – O Estado de São Paulo – 07/03/2011

Funcionário de carreira do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) desde sua criação, em 1989, e tendo trabalhado antes na área ambiental do governo, o novo presidente do órgão, Curt Trennepohl, conhece as deficiências da instituição, sabe dos problemas causados por atrasos no licenciamento ambiental de projetos de grande dimensões nas áreas de energia e transportes, conhece as causas dos frequentes questionamentos na Justiça de decisões na área ambiental e tem propostas sensatas para superar boa parte dos problemas sem necessidade de afrouxar as regras vigentes.

Nas entrevistas que concedeu nos últimos dias – uma das quais ao **Estado**, que a publicou na terça-feira, dia 1.º –, Trennepohl mostrou uma visão realista da questão ambiental e do papel do Ibama e antecipou ações com as quais pretende desentravar as decisões do órgão e dar-lhes mais segurança jurídica.Com isso, ele espera reduzir

as críticas até mesmo de outros membros do governo à lentidão do Ibama em projetos cruciais para o desenvolvimento do País e também estreitar a margem para o que chama de "judicialização da questão ambiental", isto é, o recurso à Justiça para contestar decisões do órgão ambiental.

Advogado especialista em licenciamento ambiental, o presidente do Ibama teve como primeiro problema a resolver a suspensão da licença prévia para a instalação do canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará. Concedida em janeiro, a licença foi contestada pelo Ministério Público Federal do Pará, sob a alegação de que a licença prévia exigia o cumprimento, pela empresa responsável pelas obras, de condicionantes, como ações de saneamento básico no município de Altamira. A Justiça suspendeu liminarmente a licença.

Em entrevista ao jornal *Valor,* Trennepohl contra-argumentou: "Como é que começo uma obra de saneamento em Altamira se eu ainda não tenho onde alojar os trabalhadores e o material?". O governo recorreu ao Tribunal Regional Federal e conseguiu derrubar a liminar.

Trennepohl propõe regras claras para a concessão de licenças. Quanto menos dúvidas houver, mais segurança terá o técnico encarregado de analisar o estudo de impacto ambiental de um empreendimento e menores serão as possibilidades de seu parecer ser contestado pelo Ministério Público.Quando não há essa clareza, o Ministério Público pode ter um entendimento diferente do do advogado público – e nesses casos a questão sempre termina na Justiça, exemplificou na entrevista ao **Estado**.

Por isso, ele defende um conjunto de medidas – em exame na Casa Civil, que deve formalizá-las logo depois do carnaval – destinadas a tornar mais claras as regras para a concessão de licenciamento ambiental, de modo a dar mais segurança jurídica para o licenciado, o licenciador e o servidor que assinar o parecer no qual estará baseada a decisão do Ibama."Com certeza, isso agiliza (o processo de licenciamento), porque sai da subjetividade, e vai provocar menor judicialização."

Haverá regras específicas para cada tipo de empreendimento – como rodovias, hidrelétricas, linhas de transmissão e portos – e para cada etapa do projeto. Não se trata de flexibilizar as regras atuais, como ele destaca, mas de torná-las mais claras.

A nova direção do Ibama estará atenta também para as novas áreas em que o órgão terá de atuar no futuro próximo, como a da exploração do petróleo da camada de pré-sal, nas quais não quer ver repetidos os atrasos observados nas áreas de energia elétrica e rodovias. O Ibama tem carência de pessoal, mas Trennepohl sabe das dificuldades quase intransponíveis para a contratação de funcionários num período em que o governo promete cortar gastos. Por isso, ele pretende treinar sua equipe, formada por 290 analistas ambientais, para tornar seu trabalho mais eficiente. Ele também vai remanejar o pessoal, concentrando-o em Brasília, por onde passarão os grandes projetos. Ele sabe que, se o Ibama não estiver preparado para as novas demandas, os processos de licenciamento atrasarão, haverá mais recursos à Justiça "e aí eu vou para o pelourinho".

Mais dinheiro para o BNDES – Notas e Informações – O Estado de São Paulo – 09/03/2011

Se seu objetivo era estimular os investimentos e mitigar o impacto da crise global sobre a economia brasileira, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) já cumpriu o seu papel. O crescimento de 7,5% do Produto Interno Brasileiro (PIB) – o "pibão", como o classificou a presidente Dilma Rousseff – e, sobretudo, o aumento recorde de 21,8% dos investimentos no ano passado não deixam dúvidas de que a economia brasileira vive um momento completamente diferente daquele que levou à criação do PSI, em julho de 2009, ano em que os investimentos diminuíram e o PIB brasileiro encolheu. Não há, portanto, no momento, qualquer justificativa para a prorrogação desse programa, que deveria terminar no fim do mês.

É estranha, por isso, a decisão do governo de prorrogar o PSI até o fim do ano, com o repasse de mais R$ 55 bilhões do Tesouro Nacional para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), encarregado de executá-lo. O fato de, com a política fiscal, o governo ter determinado cortes de R$ 50 bilhões do Orçamento de 2011 e, com a política monetária, o Banco Central (BC) ter elevado a Selic para 11,75% ao ano, para conter a demanda que pressiona a inflação, torna o momento pouco indicado para a preservação de um programa que amplia os gastos públicos, estimula a demanda e tem alto custo para os contribuintes.

Criado para financiar a compra de máquinas e equipamentos e investimentos em inovação tecnológica, o PSI deveria ser mantido até junho do ano passado. Foi prorrogado pela primeira vez até dezembro do ano passado e, pela segunda, até este mês de março. Uma das alegações mais repetidas para a sua manutenção é a forte demanda por seus recursos.

Não há dúvidas de que essa demanda existe. Na nova prorrogação, os juros das diferentes operações previstas no programa foram aumentados, como já ocorrera nas duas prorrogações anteriores. Mesmo assim, eles continuam muito baixos, alguns até negativos em termos reais. A linha de crédito mais barata, chamada de "capital inovador", tem custo de 5% ao ano, menos do que a inflação corrente, de 6%. A mais cara, de 10%, é inferior ao custo de captação de recursos pelo Tesouro, de 11,75% ao ano.

Não há, no mercado, nenhuma linha de crédito tão barata, daí a existência permanente de uma grande demanda pelos financiamentos do BNDES.

Em 2009 e 2010, o Tesouro repassou R$ 205 bilhões para o banco. Isso resultou no aumento da dívida pública. Da mesma forma, o repasse a ser feito este ano exigirá que o Tesouro tome recursos no mercado. Como paga mais pelos empréstimos do que recebe do BNDES – que opera com juros inferiores à Selic –, o Tesouro incorre em gastos. Nas contas do governo, com o novo aporte de dinheiro para o BNDES, os gastos do Tesouro crescerão R$ 4,6 bilhões. O custo total do programa é estimado em R$ 34 bilhões, a serem pagos pelos contribuintes.

Há ainda impacto monetário da atuação do BNDES. Incluindo os recursos do PSI, o banco deverá injetar R$ 145 bilhões no mercado, em 2011. É um montante comparável ao do orçamento do banco no ano passado, excluídos os R$ 24,7 bilhões utilizados na operação de capitalização da Petrobrás.

Esse dinheiro vai alimentar o crédito, justamente quando o BC procura desestimular os financiamentos, elevando seus custos por meio da alta da Selic e da imposição de medidas restritivas.

Apesar do aumento notável dos investimentos em 2010, o Brasil ainda carece de recursos para ampliar sua infraestrutura e seu sistema produtivo, de modo a

assegurar crescimento rápido sem gerar pressões sobre os preços internos.OBNDES tem suprido parte dessa carência, daí a importância de seu papel. No entanto, é questionável a maneira como o banco tem sido dirigido ao longo do governo do PT.

Sua direção escolhe livremente setores e empresas aos quais concede empréstimos, sem obedecer a políticas previamente anunciadas. Algumas escolhas podem resultar em problemas futuros para a quitação da operação. Além disso, essas operações impõem custos sobre os quais a sociedade precisa ser consultada.

Presidente da CNA afirma que atualização do Código Florestal é assunto de interesse nacional - Sítio Eletrônico da CNA -11/03/2011

Em Santa Catarina, senadora Kátia Abreu lembra que atualização vai trazer segurança jurídica para o campo e garantir oferta de alimentos

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, explicou que a atualização do Código Florestal é um assunto de interesse nacional e não apenas do setor agropecuário. Em seminário promovido nesta quinta-feira, 10 de março, pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC), a presidente da CNA lembrou que o projeto do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), em tramitação da Câmara dos Deputados, vai trazer segurança jurídica para o produtor rural e, assim, garantir a oferta de alimentos baratos e seguros para a população.

Ao participar de seminário que reuniu cerca de 600 participantes, sendo a maioria representantes de sindicatos rurais de Santa Catarina, a presidente da CNA lembrou que as normas ambientais brasileiras são muito rígidas e injustas porque colocam o produtor em uma condição desigual na concorrência com outros países que não possuem, por exemplo, cotas de reserva legal. “Se deixarmos de produzir para cumprir as metas de reserva legal, o Brasil vai importar alimentos de países que não possuem cotas de preservação, como é o caso da China”, afirmou.

Em Santa Catarina, a senadora Kátia Abreu pediu a mobilização dos agricultores catarinenses para a aprovação do novo Código Florestal e lembrou que o fato do Código ser colocado em votação não quer dizer que será aprovado. “Temos o compromisso do presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS), de que o Código será colocado em votação. Mas não quer dizer que ele será aprovado. Para isso, precisamos fazer o convencimento dos nossos deputados”, alertou.

Na ocasião, a senadora Kátia Abreu apresentou estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) a partir de dados do Censo Agropecuário 2006 do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE). O estudo mostra que, desde 1960, a área de florestas nativas ou florestas dentro das propriedades rurais cresceu 72%. Ela lembrou, ainda, que 90% dos produtores rurais estão em situação irregular se forem consideradas as regras do Código em vigor. O texto do deputado Aldo Rebelo vai regularizar a situação no campo e por fim ao quadro de insegurança jurídica que os produtores rurais enfrentam atualmente.

O crescimento da produção agropecuária foi outro tema abordado pela presidente da CNA durante o evento organizado pela FAESC. "Em 1975, os brasileiros gastavam, em média, 48% do salário para comprar alimentos. Hoje, gastam 18%, mas poderiam ser 12% se os custos da agropecuária fossem menores. A produção cresceu graças ao aumento da produtividade porque o total de terras produtivas aumentou apenas 14% de 1960 até 2006", argumentou.

Segundo estudioso, relatório da CNA fere o bom senso -Sítio Eletrônico da CPT - 11/03/2011

"A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) está usando uma interpretação totalmente equivocada dos dados do censo agropecuário para tentar passar a ideia de que de 1960 para cá houve uma recuperação florestal nos imóveis particulares", mencionou Raul do Valle em entrevista, ao comentar o relatório divulgado pela CNA, o qual mostra que houve crescimento de matas e florestas em terras particulares.

Segundo ele, cerca de 80% do que restou da mata atlântica faz parte de imóveis particulares e tem déficit de vegetação nativa. "Não há dados precisos para o país como um todo, mas para algumas regiões, sim. Por exemplo, na bacia do rio Xingu, no Mato Grosso, há mais de 300 mil hectares de matas ciliares degradadas ou desmatadas".

Em entrevista concedida à IHU On-Line por e-mail, Valle também se manifestou contrário ao projeto de elaboração do novo Código Florestal, proposto pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), o qual será votado na Câmara dos Deputados ainda no mês de março. "Defendemos que uma reforma na lei atual não anistie desmatamentos ilegais, mas permita que o proprietário que estiver numa área apta à agricultura e já tenha investido recursos para melhorá-la, possa compensar sua reserva legal recuperando áreas menos apropriadas".

Raul Silva Telles do Valle é advogado e mestre em Direito Econômico, formado pela Universidade de São Paulo (USP).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual sua reação diante do relatório Revisão do Código Florestal, elaborado pela CNA referente ao crescimento de matas e florestas em terras

particulares?

Raul Silva Telles do Valle – A CNA está usando uma interpretação totalmente equivocada dos dados do censo agropecuário para tentar passar a ideia de que, de 1960 para cá, houve uma recuperação florestal nos imóveis particulares. Estão falando em um aumento de 72,5%. Essa é uma afirmação que não só não é corroborada pelos dados, como fere o bom senso. Será que alguém acredita que nos últimos 50 anos houve mais recuperação florestal do que desmatamento, e nessa magnitude? Se fosse assim a própria CNA não estaria pleiteando a revogação do Código Florestal, pois a grande parte dos proprietários estaria regularizada e não teria nada a temer com a aplicação da lei atual.

IHU On-Line – Quais os principais equívocos do relatório?

Raul Silva Telles do Valle – Nós fizemos uma análise desses dados (http://migre.me/3YUeF) e identificamos o equívoco. Em 1960, segundo os dados do IBGE, os imóveis particulares tinham, em média, 23,2% de sua área coberta por vegetação nativa. Em 2006, data dos dados mais recentes, a média subiu para 29,9%. Houve, portanto, um crescimento modesto, de 6,66%. E esse crescimento se deve, sobretudo, à incorporação de áreas públicas com vegetação nativa, especialmente na Amazônia e no Cerrado. Como muitas dessas áreas ainda não foram totalmente desmatadas, e na Amazônia a reserva legal é muito maior que no restante do país (80% x 20%), é natural que haja hoje, proporcionalmente, um pouco mais de floresta nos imóveis do que em 1960. Mas não porque houve recuperação. Infelizmente.

IHU On-Line – A maioria das áreas de preservação no Brasil pertence a particulares ou à união. Qual a atual situação de preservação das matas em terras particulares?

Raul Silva Telles do Valle – Grande parte das terras no país pertence a particulares e, portanto, naturalmente grande parte das matas está em mãos particulares. Estima-se que cerca de 80% do que restou de mata atlântica esteja em imóveis particulares. Mas, em função de um histórico de desrespeito à lei, que nunca teve instrumentos eficientes para ser aplicada, hoje boa parte dos imóveis particulares tem algum déficit de vegetação nativa, ou seja, está irregular. Não há dados precisos para o país como um todo, mas para algumas regiões, sim. Por exemplo, na bacia do rio Xingu no Mato Grosso há mais de 300 mil hectares de matas ciliares degradadas ou desmatadas. Isso sem contar as áreas de reserva legal.

O fato é que há sim um grande passivo, e temos que encontrar formas inteligentes de recuperá-lo, devolvendo vegetação nativa de onde ela nunca deveria ter sido tirada. A proposta defendida pela CNA – relatório Aldo Rebelo – simplesmente elimina esse passivo ao dizer que não é mais necessário recuperá-lo. É um prêmio a quem desrespeitou a lei e uma ameaça à integridade de nossos ecossistemas.

IHU On-Line – O Código Florestal foi reformulado nos anos 1960. Hoje, com uma conjuntura ambiental e econômica diferente, que aspectos a reforma no Código Florestal deveria considerar?

Raul Silva Telles do Valle – Deve considerar, sobretudo, mecanismos econômicos de incentivo à conservação e recuperação. Por exemplo, defendemos que uma reforma na lei atual não anistie desmatamentos ilegais, mas permita que o

proprietário que estiver numa área apta à agricultura e já tenha investido recursos para melhorá-la possa compensar sua reserva legal recuperando áreas menos apropriadas, cujo uso econômico é baixo e que, via de regra, estão causando permanentemente prejuízos à sociedade, assoreando rios, desmoronando encostas, interrompendo o fluxo de fauna e flora, contribuindo com enchentes etc. Essa é uma reforma inteligente, que olha para frente, na lógica de criar um mercado para florestas nativas no país, que possa manter áreas hoje preservadas e recuperar áreas hoje degradadas.

IHU On-Line – Um novo código deveria dar atenção especial à floresta amazônica?

Raul Silva Telles do Valle – O ideal seria que cada bioma tivesse uma legislação específica, de acordo com suas peculiaridades, como tem a Mata Atlântica. A Amazônia é um caso óbvio. O conceito de mata ciliar não se aplica ali, pois os igapós são áreas de extrema sensibilidade ambiental, fundamentais para o ciclo ecológico dos rios, e vão muito além dos 30 ou 100 metros de APP. Deveria haver uma regra específica. Além disso, deveriam existir regras de incentivo específicas à exploração florestal sustentável. Hoje eles existem, mas são poucos.

IHU On-Line – Quais as vantagens e desvantagens do atual código florestal?

Raul Silva Telles do Valle – A vantagem é que ele manda proteger áreas importantes para a produção de serviços ambientais, muito embora estudos recentes sobre faixas ripárias, por exemplo, indiquem que ele é insuficiente. Mas ele traz a ideia de que o dever de proteger é de todos, e não apenas do Estado. A desvantagem é que ele não tem medidas de apoio e incentivo, mas apenas de punição. Com os muitos anos de leniência da sociedade com sua aplicação, não dá para pensar que apenas com multas vamos resolver o problema do passivo. Elas são fundamentais, mas insuficientes. Temos que abrir um novo caminho de incentivos econômicos, de forma que o proprietário que está de acordo com a lei perceba vantagens concretas na hora de pegar um crédito agrícola, comercializar sua produção, pagar imposto rural etc.

IHU On-Line – Quais as implicações da nova proposta de Código Florestal?

Raul Silva Telles do Valle – A proposta que está sendo discutida, elaborada pelo deputado Aldo Rebelo e apoiada pela bancada ruralista, tem uma implicação muito simples: vai premiar a ilegalidade e manter para sempre degradadas áreas ambientalmente importantes. Por exemplo, uma beira de rio que estiver ocupada desde antes de 2008, e que todos os anos joga toneladas de solo para dentro da água, poderá continuar do jeito que está. Pela lei atual ela deveria ser recuperada.

Além disso, diminui a área de reserva legal em todo o país, isentando os imóveis de até quatro módulos fiscais. Isso, além de não ter sentido, abre uma brecha impressionante para fraude, pois muitos imóveis maiores são, para os olhos do cartório, um conjunto de matrículas de imóveis menores e todos eles podem passar a ser isentos de reserva legal. O efeito, portanto, é imponderável, mas sabe-se que mais de 95% dos imóveis deixariam de ter reserva legal.

IHU On-Line – Uma das propostas do novo código é anistia completa para todas as multas aplicadas por desmatamento de Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). Como vê a possibilidade de anistiar quem desmatou as florestas?

Raul Silva Telles do Valle – O problema não é anistiar multas, mas desobrigar

a recuperação dessas áreas. Se o sujeito recuperar a área, não precisa ser multado. Mas o projeto, na verdade desobriga a recuperação, o que é intolerável.

IHU On-Line – A CNA defende que desde 1989, ano de criação da reserva legal do cerrado, não houve mais desmatamento. O senhor sabe qual é a atual situação do bioma?

Raul Silva Telles do Valle – A reserva legal no cerrado existe desde antes de 1989. É uma afirmação enganosa essa da CNA. Há vários casos de reserva legal preservada, com autorização do poder público, anteriores a 1989. Eles interpretam a lei do jeito que mais lhes convém, mesmo que não encontre respaldo na realidade.

ONU considera Brasil um exemplo para o mundo em desenvolvimento sustentável - Maiesse Gramacho – Sítio Eletrônico do MMA – 11/03/2011

Em reunião preparatória para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável nesta semana, em Nova York (EUA), o secretário-geral do evento disse que o Brasil "tem mostrado ao mundo como colocar em prática o desenvolvimento sustentável". Sha Zukang disse, ainda, que a Rio+20 - como está sendo chamado o encontro que ocorrerá no Rio de Janeiro em junho de 2012 - é "a chance de a humanidade se comprometer com a transição para uma economia verde".

Zukang, que também exerce o cargo de subsecretário-geral para Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, acredita que a conferência dará à comunidade internacional uma oportunidade única para construir um modelo de desenvolvimento econômico global destinado a melhorar a vida das pessoas e garantir a equidade social, reduzindo os riscos ambientais e a escassez ecológica.

O Brasil foi escolhido para sediar a cúpula mundial de desenvolvimento sustentável porque, nos últimos 20 anos, registrou um crescimento econômico histórico, com avanços na erradicação da pobreza e na conservação ambiental. Em 1992, o País sediou uma conferência semelhante, a Rio 92.

Cúpula da Terra - Em entrevista coletiva no encerramento do evento preparatório desta semana, na terça-feira (8/3), Sha Zukang informou que trabalhará em estreita colaboração com as autoridades brasileiras para assegurar que a Rio+20, também chamada de Cúpula da Terra, seja um sucesso.

O embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, diretor-geral do Departamento de Meio Ambiente e Assuntos Especiais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, participou da coletiva em Nova York e disse que a conferência será uma oportunidade para a comunidade internacional fazer um balanço dos progressos alcançados nos três pilares do desenvolvimento sustentável - crescimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental -, bem como abordar os desafios emergentes.

A terceira reunião da Comissão Preparatória da Rio+20 será realizada de 28 a 30 de maio de 2012, pouco antes da conferência, prevista para ocorrer de 4 a 6 de junho de 2012.

Resultados - Perguntado sobre o que a comissão prevê como resultados da conferência, Sha Zukang disse esperar que os Estados-membros cheguem a um documento que abranja três objetivos: renovar o compromisso político para o desenvolvimento sustentável; identificar os avanços e obstáculos para atingi-lo; e enfrentar os desafios emergentes. Segundo ele, muito já tem sido feito na conservação

ambiental, mas o quadro institucional para alcançar o desenvolvimento sustentável ainda permanece fragmentado.

Zukang disse, ainda, esperar mais empenho dos países participantes para assegurar o financiamento e a tecnologia necessários para a construção de uma economia verde.

** A partir de informações de sites internacionais*

"Não sou da bancada agropecuária", diz Rebelo ao defender novo Código Florestal - Sítio eletrônico da CNA - 15/03/2011

Deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP) na Associação de Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul) / Crédito da foto: Divulgação Acrissul

Com um auditório lotado, o relator do novo Código Florestal, deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP) defendeu ontem (15.03), na Associação de Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), o texto que deverá ir a votação nas próximas semanas na Câmara dos Deputados. O evento contou com a presença do presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - FAMASUL, Eduardo Riedel, e de boa parte da bancada federal do Estado.

A palestra de Aldo Rebelo era uma das mais esperadas na programação da Expogrande, que acontece de 14 a 24 de abril. Em seu pronunciamento, Rebelo destacou que não pertence à bancada "ruralista" e que o texto vai evitar a "punição em massa" dos produtores rurais. "Eu não tenho nenhum interesse pessoal no Código Florestal. Não sou da bancada agropecuária. Estou nesse relatório pelo Brasil e pelo povo brasileiro. (...) Aqui não tem nenhuma linha que fere o povo brasileiro. Fere sim interesses poderosos", destacou o relator.

Salientando que o Brasil é o único país do mundo a ter reserva legal, o deputado lembrou que há cerca de duas décadas, na expansão da fronteira agrícola brasileira, o candidato a proprietário de terras recebia um lote com a determinação de desmatamento para que pudesse receber o título de propriedade. "Tudo isso ditado pelo governo. E hoje essas pessoas são criminosas", enfatizou.

Rebelo destacou que não existe esse grau de ilegalidade em setores como a indústria e comércio e disse que há influência de interesses internacionais evidentes na defesa de modificações no texto. "Este tema está relacionado com nossa soberania jurídica e econômica e nossa capacidade de produzir alimentos", enfatizou.

Entre os pontos mais polêmicos do texto que deverá ir a votação está a dispensa da reserva legal (área de preservação com percentuais específicos para cada bioma, a partir do mínimo de 20% de cobertura florestal por propriedade) para o produtor que tiver até quatro módulos (unidade de medida de dimensão variável, considerando aspectos como a situação geográfica do imóvel rural e as condições do seu aproveitamento econômico). Pela proposta, a propriedade que tiver mais de quatro módulos poderia reunir áreas de reserva legal com Áreas de Preservação Permanente (APP), ou as áreas de vegetação nativa no entorno de rios e outros recursos hídricos. Atualmente, cada uma dessas modalidades tem critérios específicos e individuais de manutenção.

O presidente da Famasul, Eduardo Riedel, está confiante que a maturidade dos debates vai levar à aprovação do texto de Rebelo. "Temos convicção de que a bancada federal de MS vai votar favorável à aprovação do texto", destacou. "O texto atende aqueles que legitimamente se preocupam com o meio ambiente. (....) O relatório do Aldo é equilibrado e está maduro", defendeu o representante da presidenta Dilma Roussef no evento, o líder do governo na Câmara deputado Cândido Vaccarezza (PT/SP).

Durante o evento, foi lançado selo comemorativo em homenagem ao ex-senador e ex-presidente da Acrissul, Lúdio Coelho.

Bancada ruralista fará no plenário \'ajustes\'ao projeto de Código Florestal - Mauro Zanatta - Valor Econômico - Política - 16/03/2011

Mauro Zanatta De Brasília

A bancada ruralista considera encerrado o capítulo de debates sobre a reforma do Código Florestal e decidiu fazer, no plenário da Câmara, os "ajustes necessários" no relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP).

Uma reunião da Frente Parlamentar da Agropecuária decidiu confrontar ONGs e parlamentares ambientalistas para apressar a votação do relatório, cuja redação final foi apresentada em julho de 2010. "Vamos resolver isso no voto. Chega de postergar.

Aqui, é a Casa do dissenso, e não do consenso", afirmou o deputado Abelardo Lupion (DEM-PR), um dos líderes do "núcleo duro" da bancada ruralista.

Os ruralistas pressionam o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), a marcar a votação do texto no início de abril. Antes disso, vão promover uma manifestação pública na Esplanada dos Ministérios para demonstrar a "insatisfa ç ã o" das bases rurais com a demora na aprovação de um projeto considerado "fundamental" para a segurança jurídica dos produtores.

"Vamos conversar com o presidente para votar isso o quanto antes", diz o líder do PDT, o ruralista Giovanni Queiroz (PA).

A Frente Ambientalista insiste em apresentar um “texto de consenso” para modificar pontos polêmicos do relatório. O deputado Sarney Filho (PV-MA) deve apresentar uma “al t e r n a t i v a” aos ruralistas na próxima semana. E o Ministério do MeioAmbiente também tem propostas para “melhorar” o texto.

Em seminário promovido pela bancada ruralista no Congresso, o relator Aldo Rebelo afirmou ontem que fará “com muito prazer” altera ções em seu texto para beneficiar produtores familiares. O principal deles é reduzir pela metade a Área de Preservação Permanente (APP) em propriedades de até quatro módulos rurais – até 20 hectares no Sul e 400 hectares na Amazônia. As APPs passariam de 500 a 15 metros para 250 a 7,5 metros, dependendo da largura do curso d’água onde está localizada. É uma mudança radical que pode indicar um rompimento nas negociações com ONGs e parlamentares ambientalistas. “Vou atender, sim. E com muito prazer. Quem não concorda, que derrube no plen á r i o”, afirmou. O deputado informou que deve atender a outras reivindicações capitaneadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). “Dá para atender a 90% do que eles querem.

Os 10% restantes ainda não estou convicto, mas concordo com 100% dos pedidos da Contag. Eles têm raz ã o”. Rebelo afirmou que seguem “colhendo sugestões” para “aperfei çoar ” o relatório e encontrar uma “solução razoável” ao embate.

Unidos aos ruralistas por um mesmoobjetivo, os parlamentares ligados à agricultura familiar também engrossaram ontem o coro dos descontentes ao exigir “trata mento diferenciado” ao segmento.

“A agricultura familiar emprega a maior parte da mão de obra no c a m p o”, diz o deputado Assis do Couto (PT-PR). No início mais próximos das demandas do Meio Ambiente, os parlamentares migraram de forma gradativa em direção às exigências da bancada ruralista.

Em julho de 2010, quando veio a público o relatório Aldo Rebelo, a Contag estava mais próxima do então ministro Carlos Minc.

Em combinação com o colega Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), Minc conseguiu uma afinação política e de ação com boa parte dos movimentos sociais do campo. Aos poucos, porém, a Contag e outras instituições se aproximaram das posições defendidas por Aldo Rebelo em seu relatório. E decidiram apoiar, e cobrar, mais benefícios ao segmento familiar cuja propriedade seja limitada a quatro módulos rurais.

A proximidade abriu caminho para reforçar o lobby dos ruralistas pela aprovação imediata do relatório Aldo Rebelo. Produtores de áreas de fronteira agrícola também começaram a exigir tratamento diferenciado do relator.DaBahia, vem opedido para excluir a região dos Cerrados e da Caatinga das exigências de recomposição, compensação e moratória de cinco anos para abertura de novas áreas previstas no relatório.

“Tratar com igualdade situações totalmente diferentes é uma injustiça”, diz o vice-presidente da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Sérgio Pitt.

Agricultura e energia são prioridades do Fundo Clima - Cristina Ávila – Sítio Eletrônico do MMA – 17/03/2011

O primeiro orçamento do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) - R$ 238 milhões - terá como prioridades os setores da agricultura, energia, siderurgia e ações que contribuam para evitar o desmatamento da Amazônia e ainda os desmatamentos e queimadas no Cerrado. Nessas áreas se inserem a maior parte das iniciativas que fazem parte das metas voluntárias assumidas pelo Brasil em 2009 na Convenção do Clima, em Copenhagen, para a redução da emissão de gases de efeito estufa. As definições do Fundo são resultado de sua segunda reunião ordinária do comitê gestor, realizada nesta quinta-feira (17/3), na sede da Embrapa, em Brasília.

"No prazo de aproximadamente um mês deveremos ter o detalhamento de como e onde os recursos serão aplicados", afirmou o secretário-executivo do MMA, Francisco Gaetani, que presidiu o encontro. O fundo é um dos principais instrumentos para o financiamento de atividades vinculadas à Política Nacional sobre a Mudança do Clima. Nos próximos dias, o assunto será debatido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O BNDES vai dispor R$ 204 milhões em linhas de crédito reembolsáveis e o MMA destinará R$ 34 milhões em recursos não-reembolsáveis. Serão contemplados projetos dos setores público e privado. Os convênios a serem firmados poderão ter a participação de organizações não-governamentais.

"Projetos referentes a outros setores serão contemplados, à medida em que os planos setoriais ficarem prontos", afirmou o secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, Eduardo Assad. A afirmação dele se refere aos planos setoriais previstos pelo Decreto 7.390, que já estão em andamento, para ações que contribuam com a redução da emissão dos gases que influenciam na temperatura global.

Os demais setores a serem contemplados por repasses do fundo estão definidos na Lei 12.187, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Em seu artigo 11, estão mencionadas áreas como transporte, indústria de bens de consumo e construção civil, por exemplo.

Agricultura e energia são prioridades do Fundo Clima – Cristina Ávila - Sítio Eletrônico do MMA – 17/03/2011

O primeiro orçamento do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) - R$ 238 milhões - terá como prioridades os setores da agricultura, energia, siderurgia e ações que contribuam para evitar o desmatamento da Amazônia e ainda os desmatamentos e queimadas no Cerrado. Nessas áreas se inserem a maior parte das iniciativas que fazem parte das metas voluntárias assumidas pelo Brasil em 2009 na Convenção do Clima, em Copenhagen, para a redução da emissão de gases de efeito estufa. As definições do Fundo são resultado de sua segunda reunião ordinária do comitê gestor, realizada nesta quinta-feira (17/3), na sede da Embrapa, em Brasília.

"No prazo de aproximadamente um mês deveremos ter o detalhamento de

como e onde os recursos serão aplicados", afirmou o secretário-executivo do MMA, Francisco Gaetani, que presidiu o encontro. O fundo é um dos principais instrumentos para o financiamento de atividades vinculadas à Política Nacional sobre a Mudança do Clima. Nos próximos dias, o assunto será debatido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O BNDES vai dispor R$ 204 milhões em linhas de crédito reembolsáveis e o MMA destinará R$ 34 milhões em recursos não-reembolsáveis. Serão contemplados projetos dos setores público e privado. Os convênios a serem firmados poderão ter a participação de organizações não-governamentais.

"Projetos referentes a outros setores serão contemplados, à medida em que os planos setoriais ficarem prontos", afirmou o secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, Eduardo Assad. A afirmação dele se refere aos planos setoriais previstos pelo Decreto 7.390, que já estão em andamento, para ações que contribuam com a redução da emissão dos gases que influenciam na temperatura global.

Os demais setores a serem contemplados por repasses do fundo estão definidos na Lei 12.187, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Em seu artigo 11, estão mencionadas áreas como transporte, indústria de bens de consumo e construção civil, por exemplo.

Amazônia precisa organizar sua economia, diz geógrafa - Daniela Chiaretti - Valor Econômico - Brasil - 17/03/2011

Daniela Chiaretti De São Paulo

"A Amazônia já é verde. O que ela precisa é de uma economia." A frase da geógrafa Bertha Becker, referência nacional nos estudos da Amazônia, brincava com a expressão "economia verde", vedete de relatórios internacionais recentes e tema central da Rio+20, a conferência ambiental das Nações Unidas que o Rio de Janeiro sediará no ano que vem. "Na Amazônia não há uma base econômica organizada, não existem praticamente cadeias produtivas", prosseguiu, falando a professores e estudantes ontem, durante seminário na Universidade de São Paulo. "A verdade precisa ser dita: neste sentido, a Amazônia não mudou nada." Ela mencionou um mapa recente do IBGE onde fica claro que o número de estabelecimentos produtivos na região é mínimo. "Uma das grandes lacunas na Amazônia é a do empreendedor consciente", seguiu. Defensora de um modelo produtivo com foco na região, a professora emérita de geografia da Universidade Federal do Rio de Ja neiro (UFRJ) acredita que para que a floresta sobreviva é preciso encontrar um meio de fazer com que "tenha competitividade com as commodities".

Uma controvérsia durante o seminário "A Gestão da Amazônia", mesmo nome do livro do professor Jacques Marcovitch lançado ontem durante o evento, ficou por conta do carbono — que a floresta emite sob a forma de gases-estufa quando é queimada, ou sequestra, quando as árvores crescem e permanecem no solo. "O nosso problema é fazer um esforço para o desenvolvimento da região. E aí vou pegar Redd

para não desmatar?", questionou, referindo-se ao mecanismo de Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação.

O conceito de Redd, que ganhou forma na conferência climática de Cancún, em dezembro, prevê alguma recompensa para quem não desmata e, portanto, não lança mais gases-estufa à atmosfera.

"Com Redd não ataco a causa do desmatamento. É um balde de água fria no estímulo deste desenvolvimento novo." Virgilio Viana, superintendente geral da Fundação Amazônia Sustentável e um dos debatedores, discordou. Viana é entusiasta dos mecanismos de Redd atrelados a mercados de carbono, onde, simplificadamente, a floresta fica em pé a troco de que outros lugares (ou países) possam emitir. "A valoração de serviços ambientais é a melhor oportunidade da história da Amazônia", disse. "Temos que colocar dinheiro na floresta." Bertha Becker reagiu: "Jamais fui contra a valoração dos serviços ambientais da floresta. Sou contra a ênfase só no carbono", disse. "A floresta é riquíssima. E esta riqueza está sendo negligenciada em função da ênfase no mercado de carb o n o", reforçou. "O mais importante é mudar o padrão de desenvolvimento da região. E não ser pago para não desmatar." Ricardo Abramovay, professor titular do departamento de economia da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP, trouxe outra perspectiva ao debate.

"Não se pode ser ingênuo", pontuou, referindo-se ao modelo de exploração da Amazônia existente até agora. "A mentalidade é que tem que se alterar." O pesquisador citou o panorama social na região: só 12% dos domicílios têm acesso a saneamento básico, a população ao lado de hidrelétricas não tem luz e água potável é raridade.

A Ciência não escapou ilesa às críticas. Abramovay lembrou que os institutos na Amazônia vivem em "uma precariedade extraordin á r i a". Bertha Becker lembrou que a Ciência da Amazônia se

caracterizou pela "cultura de inventários e poucas instituições, mesmo que de boa qualidade." Com passos positivos nas áreas de clima e hidrologia, por exemplo, a aplicabilidade da pesquisa não avançou. "A pesquisa de fármacos é fundamental.

E é conversa fiada que não temos competitividade. Temos um mercado interno grande", disse. A professora também enxerga oportunidades em estudos de dermocosmética, bioenergia, economia florestal, energia solar e eólica.

Aldo Rebelo diz que Ongs contra Código Florestal são financiadas por estrangeiros que não querem desenvolvimento agrícola do Brasil - Flávio Freire – O Globo – 18/03/2011

SÃO PAULO. Em defesa do novo código florestal, o relator do projeto, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), disse hoje que a luta contra as mudanças é feita por ONGs de ambientalistas financiadas por organizações americanas ou europeias que temem a concorrência da agricultura brasileira.

Num encontro na sede paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cercado por representantes do setor ruralista, Rebelo, sem citar nomes, afirmou que entidades internacionais estão usando questões de meio ambiente como arma comercial contra a agricultura nacional.

- As ONGs internacionais abrem sede no Brasil e recebem dinheiro dos americanos e europeus para proteger sua agricultura contra a nossa -, disse ele, que defendeu um dos pontos polêmicos do novo código, que autoriza a permanência de plantações à beira de rios, o que deverá ser vetado caso o projeto seja aprovado.

- Como expulsar da Amazônia quem planta a beira do rio há 200, 300 anos de forma sustentada como se estivessem cometendo um crime ambiental?.

O evento deveria contar com as participações dos ministros da Agricultura, Wagner Rossi, e do Meio Ambiente, Izabela Teixeira. Segundo a assessoria da OAB, os dois tiveram de ficar em Brasília a pedido do persidente Dilma Rousseff. Ainda na lista de convidados, mas não estiveram presentes, o coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado Sarney Filho (PV-MA) e a senadora Katia Abreu (DEM-TO). Representantes de entidades como SOS Mata Atlântico e Greenpeace também não participaram, segundo confirmou a assessoria da OAB.

Em julho do ano passado, a comissão especial da Câmara manteve o texto do relator, com os destaques rejeitados e pronto para votação no plenário. Sobre a possibilidade de um consenso entre ruralistas e ecologistas, foi irônico:

- Consenso a gente não consegue nem em casa, nem no futebol. O que podemos fazer é um acordo, pelo menos dos pontos mais importantes. E o que não for consenso, mandamos para votação.

Atualmente há no Brasil cerca de 5 milhões de proprietários de terras rurais, sendo que 4 milhões deles estão em pequenas propriedades. Uma das maioers críticas feitas por ambientalistas ao novo código é quanto à flexibilização das regras ambientais.

- Se aplicada a lei que esta aí, só em São Paulo teríamos que arrancar lavoura de 3,6 milhões de hectares para plantar mata. E aí temos desemprego no campo, queda da renda de agricultura e da arrecadação dos municípios mais pobres que dependem principalmente da agropecuária. Isso é impossível. São Paulo não pode arcar com as consequências sociais da aplicação dessa lei - disse o deputado.

Leia mais sobre esse assunto em http://oglobo.globo.com/pais/mat/2011/03/18/aldo-rebelo-diz-que-ongs-contra-codigo-florestal-sao-financiadas-por-estrangeiros-que-nao-querem-desenvolvimento-agricola-do-brasil-924043074.asp#ixzz1LQdFaG7Z

© 1996 - 2011. Todos os direitos reservados a Infoglobo Comunicação e Participações S.A.

Governo quer tirar produtor rural da ilegalidade sem anistiar desmatador – Marta Salomon – Vida – O Estado de São Paulo – 22/03/2011

O governo Dilma Rousseff negocia uma nova versão de reforma do Código Florestal que tire da ilegalidade a maior parte dos produtores rurais do País, mas sem promover anistia geral para quem cortou vegetação nativa acima dos limites da lei nem abrir mão da recuperação de áreas desmatadas ilegalmente em regiões prioritárias.

A idéia em debate no governo é votar uma proposta mais próxima do consenso antes que os produtores rurais comecem a ser autuados com base na lei de crimes ambientais, por descumprir a área mínima de preservação do meio ambiente em suas propriedades, que variam a 20% a 80%, de acordo com o bioma onde o imóvel rural

está localizado. A data para o início das autuações é 11 de junho. As multas poderiam ser aplicadas já a partir de abril de 2012. Uma das possibilidades é a edição de uma medida provisória pela presidente. Outra é mais um adiamento das punições aos desmatadores, para que o Congresso vote uma proposta de consenso.

Desde o final de 2009, os produtores tiveram incentivos para regularizar suas propriedades, por meio da anistia de multas já aplicadas, mas eles optaram por investir em mudança do Código Florestal por deputados e senadores. Durante a campanha eleitoral, Dilma Rousseff acenou com o veto de trechos do relatório do deputado federal Aldo Rebelo (PC doB-SP), já aprovado em comissão especial da Câmara. As partes do relatório mais criticadas no governo são a redução da área de proteção permanente (APP) às margens dos rios e a dispensa da área de reserva legal nas áreas até4módulosfiscaisnaspropriedades (a extensão varia de 20 a 400 hectares, dependendo do município).

Mudanças. A nova versão da reforma do Código Florestal levará em conta proposta apresentada reservadamente na semana passada por entidades de produtores rurais e entidades ambientalistas, coordenadas pelo Diálogo Florestal, a que o **Estado** teve acesso. Interlocutores do governo resumiram a lógica que move a negociação: "Para os produtores, nem anistia nem cadeia". A proposta parte do princípio de que será muito difícil recuperar uma área desmatada de 870 mil quilômetros quadrados, tamanho estimado do passivo ambiental no País. Áreas desmatadas de acordo com a legislação em vigor na época não precisarão recuperar o porcentual de reserva legal exigido depois de 1996, por exemplo, no bioma Amazônia, de 80% de vegetação nativa na propriedade *(mais informações nesta página)*.

As chamadas áreas de preservação permanente também poderão ser abatidas na área de reserva legal.As APPs nas margens dos rios, no entanto, não seriam reduzidas, como prevê o relatório de Rebelo. Atualmente a área de proteção varia de 30 a 500 metros para cada lado do rio, dependendo da sua largura. Topos de morro ou áreas com inclinação acentuada já desmatadas até julho de 2008, data do primeiro decreto de Luiz Inácio Lula da Silva com punições aos produtores fora da lei, poderão manter determinados tipos de cultivo.

A data do decreto também seria considerada o limite de prazo do desmatamento para que a propriedade possa se regularizar. A compensação da área desmatada ilegalmente poderá se dar em outro Estado do mesmo bioma, por meio de doação de áreas para Unidades de Conservação ou por meio de mecanismos de mercado, como a compra de cota de reserva ambiental, além de outros incentivos financeiros à regularização. A proposta em negociação no governo não proíbe o corte de vegetação nativa, como prevê o relatório de Aldo Rebelo, por meio de moratória de cinco anos, mas submete o eventual corte a autorização do órgão ambiental e ao prévio cadastramento ambiental.

Vale deve substituir Bertin em Belo Monte – Irany Tereza e Kelly Lima – Economia – O Estado de São Paulo – 25/03/2011

Mineradora vai investir R$ 2,3 bi por 9% da usina; ação é uma espécie de resposta de Roger Agnelli ao processo de fritura que vem sofrendo

A Vale deve anunciar nos próximos dias a sua entrada no projeto da hidrelétrica de Belo Monte como auto produtor, com 9% do empreendimento. Substituirá a Gaia, do

grupo Bertin, que deixa o negócio. A participação da mineradora, que corresponderá a cerca de R$ 2,3 bilhões, será uma espécie de resposta do presidente da empresa, Roger Agnelli, ao processo de "fritura" que vem sofrendo,com a pressão do governo por uma sucessão no comando da Vale.

Segundo fontes ouvidas pela *Agência Estado*, o compromisso teria sido selado ontem, em uma reunião na sede da empresa, no Rio, entre Agnelli e representantes do consórcio Norte Energia, responsável pelo projeto.A obra deve contar com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de, pelo menos, R$ 19,6 bilhões. A hidrelétrica de Belo Monte é obra prioritária do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a saída do grupo Bertin, anunciada em fevereiro, por falta de fôlego financeiro para acompanhar o investimento, representou um baque significativo no projeto.

Belo Monte,que será construída no rio Xingu, está orçada em torno de R$25 bilhões e estemês o consórcio Norte Energia obteve autorização para começar a montar o canteiro de obras. O projeto tem,necessariamente, de ser integrado por auto produtores (que participam da obra para obter energia para seus próprios investimentos), com uma parcelade10%.Um pequeno grupo siderúrgico instalado no Pará, a Sinobras, detém 1%. Com a saída da Gaia –que integrou o consórcio às vésperas do leilão, depois de intensa campanha do governo – chegou a ser negociado o rateio dos 9% entre quatro empresas.

Além da Vale, foi cogitada a entrada da Gerdau, Votorantim e Alcoa. Participam do consórcio Norte Energia a Eletrobras, Chesf,Eletronorte, Bolzano Participações,Caixa Cevix, Funcef e Petros. A entrada isolada da Vale ocorre num momento em que Roger Agnelli sofre forte pressão em torno da sua permanência no cargo. O mandato do executivo,que termina em abril, teve um termo aditivo assinado no ano passado, estendendo o período até o fim de 2012. Mas, os acionistas (Previ, Bradespar, BNDESPar e Mitsui) estariam dispostos a cumprir as cláusulas indenizatórias para efetivar a substituição. Na última terça-feira, notícia veiculada pelo **Estado** informou sobre um encontro em São Paulo entre o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do conselho de administração do Bradesco,Lázaro Brandão,para discutir a substituição do executivo.

Rebelo admite rever moratória para desmatamento no Código Florestal- Marta Salomon – Vida – O Estado de São Paulo – 25/03/2011

O microblog do deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP) dá a temperatura do debate. "Aqui, a legislação florestal quer expulsar os agricultores das várzeas dos rios e fechar a fronteira agrícola. Comigo, não,violão...", tuitou o deputado, escolhido para relatar a proposta de reforma do Código Florestal que será levada ao plenário da Câmara no mês que vem.Ao Estado, ele adiantou que vai rever a proposta de moratória de cinco anos para novos desmatamentos.

Nos próximos dias,Rebelo colocará no papel uma nova tentativa de consenso. Ele acumula caixas de propostas de mudanças no relatório que aprovou em comissão especial da Câmara, em julho passado."Tem sugestão de todos os lados, queixas também, tanto de ambientalistas como de produtores", observou. Há ainda negociações com o governo, pressionadas pelo prazo de um decreto presidencial que

passará a autuar produtores rurais que não cumpriram a legislação ambiental a partir de junho. Cerca de 90% dos proprietários rurais estão na ilegalidade.

Algumas ideias do novo relatório vão ganhando forma. Além de recuar na proposta que impediria qualquer corte de vegetação nativa por cinco anos, Aldo Rebelo defende agora que municípios da Amazônia que detenham mais do que 50% de seu território protegido por unidades de conservação ou terras indígenas poderão ter reduzido o percentual de reserva legal das propriedades. Atualmente, as propriedades rurais do País têm de manter a vegetação nativa em um porcentual que varia de 20% a 80% dos imóveis, além de áreas às margens de rios e encostas muito inclinadas. "Espera-se aqui que eu ponha um novo ovo de Colombo em pé",disse,tragando um cigarro de palha,em uma referência à façanha do descobridor das Américas.

O Código Florestal está em discussão no Congresso há mais de uma década. O recuo na proposta da moratória foi sugerido no Twitter antes de o deputado conversar com o **Estado**: "A resistência contra minha proposta de moratória se espalha pela Bahia, Tocantins, Maranhão e Piauí. O que é que eu faço?", escreveu Rebelo na segunda-feira. Com sinalização positiva do governo para as propostas de autorizações de novos cortes de vegetação dentro dos limites legais e também para reduzir o porcentual de reserva legal em municípios com muitas áreas protegidas, Rebelo também conta com aval para descontar áreas de preservação permanentes (APPs) da contabilidade de reserva legal das propriedades.

Outro ponto acertado não exigiria a recuperação da vegetação nativa de áreas desmatadas de acordo coma lei em vigor na época do corte. Na floresta amazônica, o porcentual de proteção só aumentou para 80% em 1996. Divergência. Os pontos de desacordo ainda são muitos, porém. O relator resiste a abrir mão da proposta de isentar da recuperação da vegetação nativa áreas de até 4 módulos fiscais (de 20 a 400 hectares, dependendo do município), de todas as propriedades.Na análise do Palácio do Planalto, o efeito da proposta é considerado inaceitável.

Outro ponto de atrito é a nova proposta do relator de reduzir pela metade a área de preservação permanente para produtores da agricultura familiar. Com isso,a proteção ao longo das margens dos rios de até 10 metros cairia para 7,5 metros. Beneficiário de doações de campanhas de empresas do agronegócio, Rebelo tentou se aproximar dos pequenos produtores ao aceitar essa proposta da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, mas agravou resistências de ambientalistas.

"O que foi feito, foi feito", diz Maggi sobre criação de pacto ambiental - Sítio eletrônico da CNA - 29/03/2011

O senador Blairo Maggi (PR/MT) defendeu a criação de um novo pacto ambiental em relação à atualização do código florestal, cuja votação está prevista para ocorrer em junho, na Câmara dos Deputados.

Ao parabenizar o discurso e o relatório do deputado para o projeto de lei 1879/99 durante debate sobre o tema na Comissão de Meio Ambiente no Senado, Blairo lembrou dos produtores rurais que enfrentaram malária e outras doenças para

dar início ao processo produtivo no Brasil.

"O que foi feito, foi feito. Daqui pra frente, vamos estabelecer um novo pacto, uma nova forma de conduzir, sem esquecer quem nos antecedeu", afirmou.

O senador pediu que o Congresso Nacional leve em conta o que foi feito pelas gerações passadas e não criminalize aqueles que produzem com base nos incentivos de governo e nas legislações passadas.

"Me pergunto se hoje vivêssemos na época dos nossos avós, será que nós seríamos o país que somos hoje? Talvez nós fôssemos a África, com potencial, mas sem conhecimento, sem vontade e determinação de fazer. O debate sobre o código traz na lembrança os milhares de brasileiros quer tiveram que passar pelo que passaram para termos o país que temos hoje", destacou.

Autor: Vinícius Tavares, de Brasília. Fonte: Olhar Direto

Presidente da CNA diz que abertura de áreas de produção garantiu alimento barato à população - Sítio Eletrônico da CNA - 29/03/2011

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), afirmou nesta terça-feira (29/03), em audiência pública no Senado, que os preços dos alimentos caíram nos últimos anos porque os produtores rurais abriram novas áreas de produção e transformaram a cobertura florestal em "arroz, feijão, milho, emprego, PIB e exportações". "E isso não pode ser mudado do dia para a noite, como se os agricultores tivessem cometido um crime contra o Brasil e um crime de lesa-pátria", afirmou a presidente da CNA ao defender a atualização do Código Florestal. A primeira versão do Código foi editada em 1965 e, mesmo depois de muitas alterações, a legislação não reflete a realidade atual do setor agropecuário.

Durante as discussões, a senadora Kátia Abreu lembrou que há 45 anos, quando o Brasil era grande importador de comida, de arroz das Filipinas, comprávamos feijão do México, leite da Europa e muita carne da Austrália, as compras de alimentos absorviam 48% dos salários dos trabalhadores. Com a ampliação da área ocupada com atividades agropecuárias, houve aumento da oferta de alimentos, o que reduziu o preço da comida e fez a parcela da renda mensal das

famílias brasileiras destinada à alimentação cair para 18%. Sem os entraves que prejudicam o desempenho da agropecuária, como as deficiências de infraestrutura, os gastos seriam ainda menores. "Se os produtores pudessem trabalhar, os gastos seriam ainda menores, de aproximadamente 12%", completou a presidente da CNA, durante audiência pública conjunta das Comissões de Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado.

Também na audiência, a senadora afirmou que a maioria dos países tem áreas de preservação inferiores à registrada no Brasil. Enquanto os países da Europa têm 0,02% de floresta nativa, no Brasil este percentual é de 60%. "O Brasil é o segundo país em termos de preservação de floresta, atrás apenas da Rússia, onde só tem gelo", afirmou. Mesmo com esse índice de preservação, a presidente da CNA lembrou que os grupos contrários à revisão do Código querem que os agricultores deixem de produzir em áreas férteis, o que vai ampliar a importação de comida de outros países.

“Vamos ter que importar produtos de todas as partes do mundo caso tenhamos que diminuir a produção, comprar de países que não tenham APP (Área de Preservação Permanente) nem reserva legal. Será que isso é justo, é honesto com o Brasil?”, questionou. Aos senadores, a presidente da CNA lembrou, ainda, que nenhum outro país do é obrigado a manter a área de reserva legal e que na maioria dos países há uma diferença entre unidades de produção e de preservação. Nos Estados Unidos, as unidades de preservação são consideradas bens coletivos que são de responsabilidade do Estado, o que não acontece no Brasil, onde os produtores são responsáveis pela preservação das áreas. “Não pode ser um ônus individual para o produtor rural”, afirmou.

Para ela, a manutenção, no texto do Código Florestal, da regra que prevê a reserva legal vai prejudicar, em especial, os mais pobres. São eles, disse a senadora, que terão que pagar mais pelos alimentos em função da redução da área ocupada com atividades agropecuárias. “Nós não temos direito, com mais de 40 milhões de brasileiros que estão abaixo da linha da pobreza, de diminuir produção de alimentos e importar arroz da China que não tem reserva legal e nem APP”, completou.

Outro ponto abordado pela presidente da CNA no Senado foi sobre a competência para tratar da legislação ambiental. Segundo ela, é impossível que os parlamentares aprovem uma lei ambiental única que leve em consideração a realidade de todo o País. De acordo com o deputado Aldo Rebelo, que também participou do debate, se a legislação for mantida, 3,6 milhões de hectares de áreas produtivas de São Paulo terão que ser embargadas. "Um dos reflexos será o desemprego rural e urbano",

afirmou o relator da proposta de atualização do Código Florestal na Câmara dos Deputados. Ele citou dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA) para lembrar que, se for mantida a lei atual, 19% da área agrícola de São Paulo precisará ser transformada em mata.

Aldo revê desmatamento zero em relatório - Mauro Zanatta - Valor Econômico - Política - 30/03/2011

Relator acata artigos que ferem interesses ambientalistas no projeto que vai à votação na Câmara

Mauro Zanatta

De Brasília

O novo texto da reforma do Código Florestal Brasileiro, ainda em elaboração pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), revogará a proposta de "desmatamento z e r o" aprovada no relatório da comissão especial da Câmara, em julho de 2010.

O relator informou ontem ao Valor , após audiência no Senado, que extinguirá a chamada "mo r a t ó r i a" de cinco anos prevista em seu texto anterior. "Há pedidos de todos os lados para acabar com isso. E vou acolhê-los", disse.

O polêmico projeto, que deve ser votado no plenário da Câmara na próxima semana, também incluirá o conceito de agricultura familiar na nova lei e reduzirá à metade as Áreas de Proteção Permanente (APPs) obrigatórias para propriedades de até quatro módulos fiscais – de 20 hectares no Sul a 400 hectares na Amazônia.

A inclusão do conceito reforça a posição política do segmento, mas também arregimenta essa "c l i e n t e l a" para a defesa da dispensa de APPs em todas as áreas de até quatro módulos.

"Até quatro módulos, dispensa a recomposição da reserva legal, mas não de APP", informou ontem ao senadores. Em São Paulo, segundo ele, se a recomposição fosse obrigatória, ao menos 3,6 milhões de áreas produtivas teriam que ser "arrancadas" do Estado. A soma de RLs na conta de APPs também será permitida. "Isso resolve o problema de médias e grandes propriedades", avaliou Rebelo.

O novo texto também transformará em declaratória a averbação (registro) de áreas de reserva legal (RLs) nas propriedades rurais. Caberá aos órgãos ambientais estaduais o ônus de comprovar a existência das áreas declaradas pelo produtor. As RLs variam de 80% na Amazônia a 35% nos Cerrados e 20% nas demais regiões e biomas. "A averbação será feita por um cadastro declaratório no órgão estadual, sem papelada", informou o presidente da Frente da Agropecuária, deputado Moreira Mendes (PPSRO).

A averbação estará atrelada aos programas de regularização ambiental (PRAs), a cargo dos Estados.

No texto do relator, deve figurar, ainda, uma regra para garantir a aplicação da legislação da época de uma eventual derrubada da mata original. "Se podia abrir 30%, 50% da área, não pode se responsabilizar o produtor", defendeu Aldo Rebelo. Avalia-se que o mecanismo "b l i n d a r á" desmatamentos feitos durante a década de 1970, por exemplo, quando a lei obrigava os produtores a derrubar metade da área para garantir a propriedade definitiva do lugar.

Também funcionará como uma controversa espécie de "a n i s t i a" a multas posteriores. "Não é anistia, embora tenhamos uma tradição de anistiar. Há multas estratosféricas, sem correspondência com o valor das propriedades", afirmou o

relator. No Acre, segundo ele, o Estado criou uma “comissão de anist i a” para rever as multas aplicadas contra produtores.

A medida deve “congelar ” as multas e punições administrativas aplicadas contra produtores até o fim do processo de regularização ambiental. Esse processo está previsto no atual relatório via zoneamento econômico-ecológico (ZEE), planos de bacia hidrográfica e georreferenciamento da propriedade.

Aldo Rebelo também incluirá em seu novo relatório a obrigação da recomposição das RLs em áreas do mesmo bioma, mas com possibilidade de ser fora do Estado da derrubada original. “Isso protege a área nativa em que foi a b e r t a”, disse o relator.

Para atender uma parte das demandas da Frente Ambientalista, o relatório incluirá novas formas de recuperação, recomposição e regeneração das áreas desmatadas.

Entrará nos detalhes dos procedimentos nesses casos. “Preci samos de um pacto para consolidar o que está em uso e preservar o patrimônio, recuperando e recompondo em APPs e cursos d’á g u a”, defendeu Rebelo.

A Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) afirmou ontem ser contra a manutenção das áreas de reserva legal e defendeu a dispensa de recomposição para áreas acima de quatro módulos.

“O relatório ainda não é suficiente para a CNA”, afirmou a presidente da instituição, senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

Floresta plantada – Janice Kiss - Globo Rural – 31/03/2011

Sobraram apenas dois hectares ao redor da casa-sede, uma criação de frangos caipiras e 90 cabeças de gado, que pastam sob a rede de alta tensão que corta a propriedade. Os demais 842 hectares da Fazenda Três Marias, em Três Lagoas, MS, foram arrendados para o cultivo de eucalipto quatro anos atrás. “É uma oportunidade de negócio e tanto“, afirma o proprietário, Hilário Pistori, que deixou Birigui, no interior de São Paulo, há 53 anos, para se casar com a três-lagoana Alminda. Em pouco mais de cinco décadas, ele viu a cidade passar por três fases importantes (era quase uma vila quando se mudou para lá): na década de 1970, a chegada de colonos e aventureiros atraídos pela terra barata e pelos programas do governo federal incentivando o povoamento do Centro-Oeste; nas duas décadas seguintes, sua afirmação como polo de pecuária extensiva (na época, Três Lagoas orgulhava-se de abrigar o maior rebanho de gado de corte do Brasil); e, recentemente, a transformação do município em referência nacional na produção de celulose – matéria-prima para a fabricação de papel. A boiada, que reinava absoluta desde os primórdios da ocupação humana da região, no século passado, passou a conviver com 150 mil hectares de eucalipto.

Os eucaliptos somam 150 mil hectares em Três Lagoas, MS

Hilário Pistori presenciou essa revolução das janelas de sua alfaiataria e da loja de confecção e calçados que mantinha no centro da cidade. Como bom comerciante, tratou logo de comprar terras – pagou 250 cruzeiros pelo alqueire, em 1972, valor de difícil conversão. "Comparando aos preços de hoje, foi quase de graça", diz ele. Atualmente, um alqueire paulista (equivalente a 2,42 hectares) custa, no mínimo, 15 mil reais na região. Ele confessa que não se interessava por eucalipto quando a cultura foi introduzida na região, há 22 anos. Mas mudou seu ponto de vista com a construção das fábricas da Fíbria e da subsidiária americana International Paper, que produz 200 mil toneladas por ano de papel para imprimir e escrever. Elas colocaram Três Lagoas no mapa-múndi da celulose e reescreveram a história da silvicultura nacional, cujos cultivos se concentravam no sudeste e no sul do país.

Hilário Pistori é um dos produtores rurais que conseguiram boa rentabilidade arrendando terras para o plantio de eucalipto em Três Lagoas

O que a cidade e o entorno têm de especial? "Áreas extensas e planas desocupadas pela pecuária, na divisa com o estado de São Paulo, e escoamento da produção para o Porto de Santos através da Ferrovia Novoeste e da Hidrovia Paraná-Tietê", explica Fernando Raasch, gerente de produção da Fíbria, que opera com plantios próprios e em terras arrendadas de 74 produtores rurais. São essas plantações que garantem 1,3 milhão de toneladas de celulose por ano – quase toda ela exportada para Europa, Estados Unidos e Ásia – e os planos de inaugurar a segunda linha de produção, em 2014, com capacidade para 1,5 milhão de toneladas por ano. Com as outras unidades no Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul, a Fíbria ocupa o primeiro lugar entre as dez maiores empresas de celulose do mundo, com 5,4 milhões de toneladas por ano. Suprir a fome desse gigante somente em Três Lagoas significa produzir 15 milhões de mudas anuais – provenientes de cinco clones da espécie Urograndis. Paulo Renato Teixeira, técnico florestal, acompanha o plantio durante o ano inteiro. Uma rotina que ele ainda não cansou de admirar: o trator abre sulcos na profundidade adequada e despeja adubo no volume certo. Na sequência, a equipe dá início ao plantio com uma matraca, que abre a cova e libera a muda com uma dose de gel, que ajuda em sua hidratação. Após 40 dias, aplica-se um defensivo contra plantas daninhas, que será reaplicado por mais duas vezes a cada 45 dias. O eucaliptal recebe ainda adubação durante três vezes no primeiro ano, e um monitoramento nutricional da planta é feito para os anos seguintes. "Aí é esperar sete anos para a primeira colheita e, pela segunda, proveniente da rebrota, mais sete", comemora o produtor José da Silva Freitas, do distrito de Arapuá. O agricultor só agradece às facilidades desse plantio, que passou a ocupar metade (1.200 hectares) de sua fazenda e lhe garante renda de R$ 31 mil mensais, receita engordada com a cria e recria de gado.

"Meu único compromisso é avisar no caso de fogo na plantação", comenta. Plantio, colheita e manutenção da floresta são incumbências da empresa. José conta que demorou para ver o eucalipto "acontecer" na região. Ele iniciou os primeiros plantios na década de 1970. Nesta época, investiu na cultura em terras recém-compradas. Antes de adotar a silvicultura como fonte de renda, ele dependia de uma rede de supermercados em Nhandeara e imediações, no interior paulista. O comércio de alimentos foi a forma que ele encontrou de se fixar no Brasil, com a ajuda de um tio

português, que, como ele, fugia da penúria decorrente da ditadura salazarista em Portugal (Antônio de Oliveira Salazar governou o país de 1932 a 1968). No entanto, a inflação da década de 1980 ruiu seus negócios e ele decidiu se mudar para a Fazenda Novos Tempos com esposa e filhas para o recomeço. Depois de tanta lida, ele acredita que a tranquilidade proporcionada pelo eucaliptal é mais do que merecida em seus 76 anos de idade.

O viveiro de Fibria produz 15 milhões de mudas anuais; ao fundo, a indústria, que fabrica 1,3 milhão de toneladas de celulose por ano

Quando firmou a parceria, seu José de Freitas viu sua propriedade ser transformada com a recomposição dos 20% de área de reserva legal e áreas de proteção permanente (APP), exigidas por lei. Nos anos 1970, o desmatamento não era nada condenável. “Hoje, é inconcebível“, analisa João Afiúne, engenheiro florestal e gerente de silvicultura. Ele explica que essa recomposição é uma das exigências para a empresa obter o licenciamento ambiental, uma das normas para seu funcionamento. “Plantações e biodiversidade não precisam ser rivais“, analisa. Ele utiliza esse exemplo, inclusive, para desmistificar os males atribuídos à cultura do eucalipto no passado. A principal delas era que a plantação secava a água do solo. Tempos depois, ficou comprovado que esses casos aconteciam em plantios que não respeitavam as distâncias recomendadas para rios e nascentes. “Mas o setor florestal evoluiu e passou a ser certificado por selos internacionais rigorosos“, comenta Afiúne.

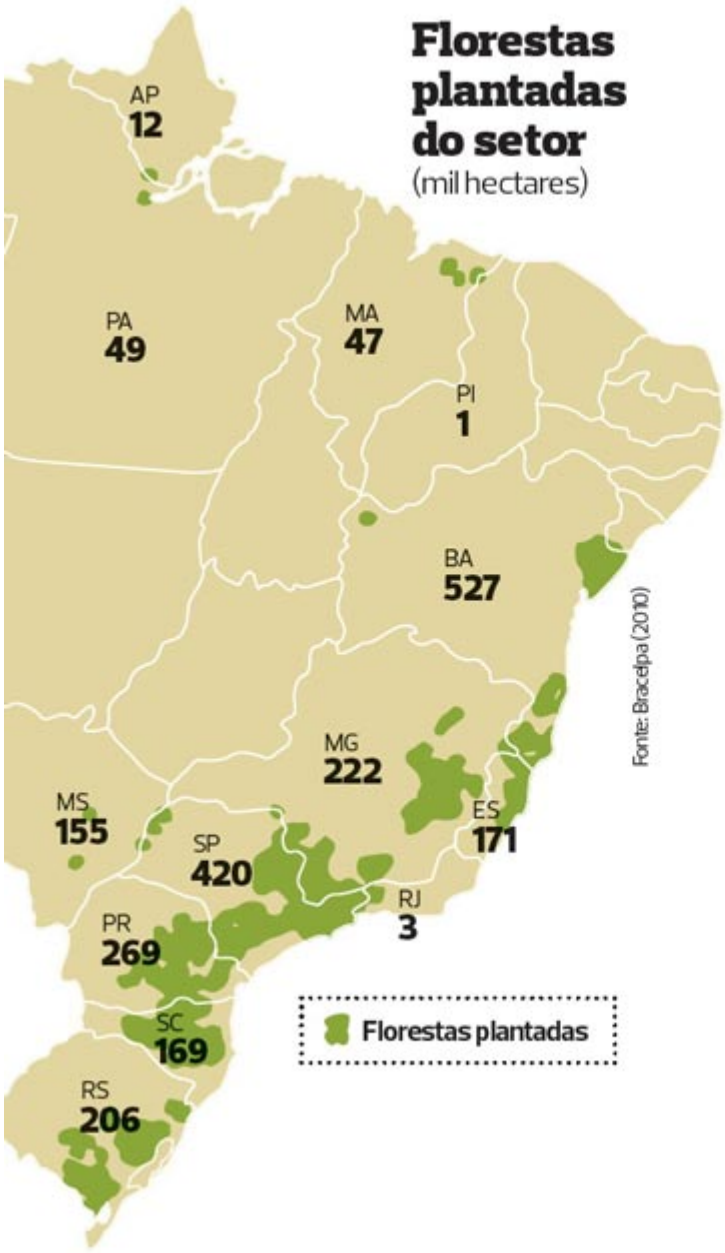


“Hoje, a floresta plantada é sinônimo de sustentabilidade“, analisa Celso Foelkel, engenheiro florestal e diretor de relacionamento internacional da Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel (ABTCP). Ele explica que existe uma série de normas a ser cumpridas pelo manejo florestal, como plantar de acordo com a topografia da região e projetar corredores para os animais circularem. “Como essas lavouras podem ser chamadas de desertos verdes por ambientalistas?“, questiona. As indústrias que vão processar a madeira também tiveram de adequar suas formas de produção. Nenhum resíduo gasoso ou líquido sai da fábrica sem antes ser tratado. “É um setor vitorioso“, define Foelkel. No entanto, para que essa atividade ganhasse

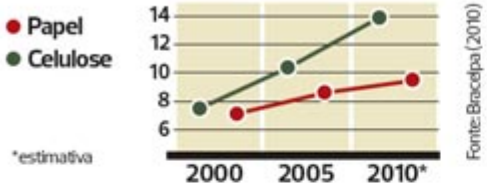
outras áreas do país (confira mapa), não bastou apenas que elas fossem mais baratas e mecanizáveis. Empresas e agricultores contam com uma silvicultura eficiente que gera madeira de ótima qualidade para a produção de celulose e colheita antecipada em sete anos, na comparação com os 35 anos da Finlândia, tradicional produtor. Ela é fruto de investimentos em pequisas com melhoramento genético, cuidados com o solo, técnicas de plantio, irrigação, entre outros.

Bois e eucalipto podem conviver bem conforme o manejo dado à floresta

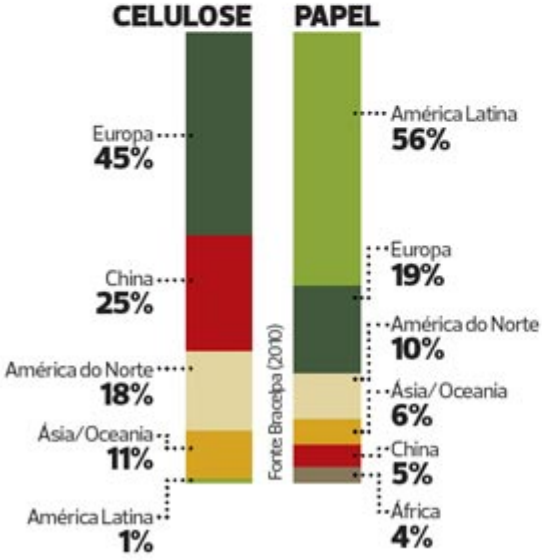
A Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa) prevê que, nos próximos dez anos, o setor vai investir US$ 20 bilhões para ampliar os 2,2 milhões de hectares de florestas para 3,2 milhões de hectares. Mas o município de Três Lagoas continua a simbolizar a expansão delas pelo país. Três mil novos empregos foram criados com as instalações da Fíbria e da International Paper – e o PIB do estado triplicou (13%). Mas a cidade não parou por aí e se prepara para receber uma nova indústria no final de 2012. “Queremos nossa fatia nesse negócio“, brinca Vilmar Cardoso, presidente da Florestal Brasil, que irá suprir com mudas de eucalipto a novata Eldorado Brasil. A empresa, que está projetada para produzir 1,5 milhão de toneladas de celulose por ano, está em fase de construção. Por enquanto, 50 milhões de mudas estão sendo preparadas para os novos plantios. Segundo Vilmar, eles serão 30% provenientes de áreas próprias e 70% de parcerias com agricultores. No total, serão ocupados 210 mil hectares com florestas plantadas na região. Quando a Eldorado inaugurar sua segunda linha, o município fabricará 4,3 milhões de toneladas de celulose – somando-se a produção da Fíbria. A previsão é para 2014, e a partir dessa data a cidade poderá ser chamada de capital mundial da celulose, sem perder, entretanto, a majestade de terra da pecuária.


Florestas plantadas do setor
(mil hectares)
AP
12
PA
49
MA
47
PI
1
BA
527
MG
222
ES
171
MS
155
SP
420
RJ
3
PR
269
SC
169
RS
206
Florestas plantadas
Fonte: Bracelpa (2010)

Produção de celulose e papel (milhões de toneladas)

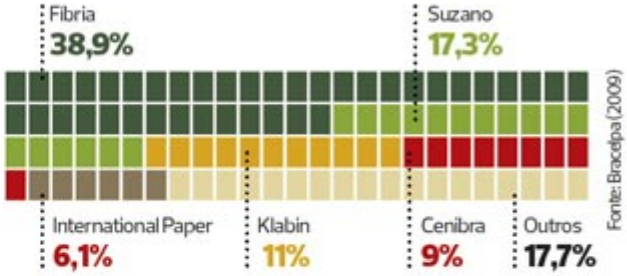


Importadores de papel e celulose do Brasil

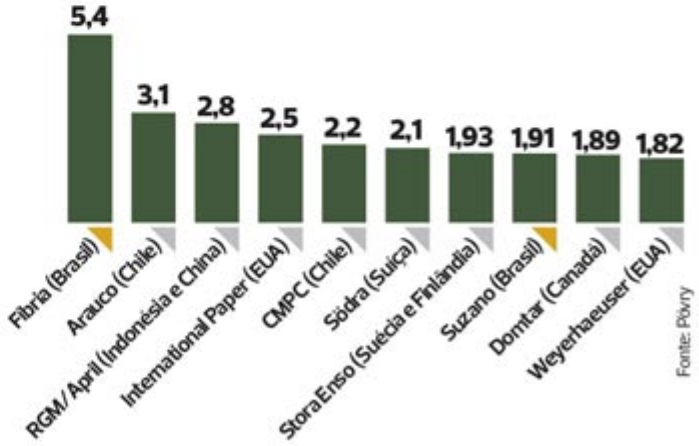


A participação das líderes no mercado brasileiro

Quanto as maiores indústrias de celulose no Brasil detêm da produção de 14 milhões de toneladas por ano



As dez maiores indústrias de celulose no mundo (milhões de toneladas)



Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf

Assistentes de Pesquisa
Catia Grisa, Karina Kato, Luiza Mariano de Lima Araujo, Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

opa **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa